



**LSPA**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**“Os irmãos do divórcio: a  
relação entre irmãos depois do  
divórcio dos pais”**

Sara Madeira

**Orientador de Dissertação:**

Prof<sup>a</sup>. Doutora Ângela Vila-Real

**Coordenador de Seminário de Dissertação:**

Prof<sup>a</sup>. Doutora Ângela Vila-Real

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:**

**MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**2012**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da  
Profª. Doutora Ângela Vila-Real apresentada no ISPA  
Instituto Universitário para a obtenção de grau de  
Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

## AGRADECIMENTOS

Tenho a agradecer à Professora Ângela Vila-Real pela disponibilidade e orientação desta dissertação. Às raparigas e respectivas famílias que me confiaram alguma da sua intimidade e permitiram que este trabalho fosse elaborado.

À minha mãe por ser a minha inspiração para ter escolhido ser Psicóloga e por tantas outras coisas. Ao meu pai por todo o apoio e interesse que demonstrou ao longo do meu mestrado, e da minha vida.

Às minhas irmãs, Rita e Sofia, por me darem a possibilidade de experienciar o quão bom *é ser e ter* um irmão. À minha avó por tudo o que ela é para mim e por tudo o que sou para ela.

Às minhas grandes amigas e colegas psicólogas, Ana e Catarina, por estarem presentes nesta tão nossa jornada desde o início dos inícios. Às minhas sempre amigas e não-psicólogas, Verónica e Marta, por aturarem as minhas psicologias e estarem também sempre presentes.

Por último, gostava de agradecer ao Guilherme, por ser o “mascarado” e acreditar mais nos meus sonhos do que eu própria. Obrigada por tudo o que somos e seremos.

## RESUMO

Este trabalho visa o estudo do impacto do divórcio na relação entre irmãos. Apesar do crescente número de divórcios na nossa sociedade e dos inúmeros estudos sobre esta temática, poucas são as investigações que se debruçam sobre como pode é que o mesmo pode afectar a relação entre irmãos. Deste modo, o objectivo principal deste trabalho foi o de perceber se as jovens que passam pela experiência de divórcio dos pais, têm com os irmãos uma relação de menor e menos positivo envolvimento, ou se pelo contrário, e como resultado esperado, estabelecem entre si um vínculo de maior proximidade e apoio. A amostra foi constituída por 22 raparigas pré-adolescentes, 11 filhas de pais casados e 11 filhas de pais divorciados, às quais foi aplicado individualmente o teste semi-projectivo Family Relations Test-revised (FRT-r) (Bene & Anthony, 1985). Os resultados vieram confirmar que as pré-adolescentes filhas de pais divorciados apresentavam um maior e mais positivo envolvimento com os seus irmãos, considerando o irmão mais novo como o elemento da família a quem mais davam amor, e o mais velho aquele de quem mais recebiam.

Palavras-chave: relação, irmãos, divórcio, pré-adolescentes, raparigas.

## ABSTRACT

This investigation aims at the study of the impact of divorce on relationship between siblings. Despite the growing number of divorces in our society and the numerous studies on this subject, there are few investigations that study how parents' divorce affects the siblings' relationship. Thus, the main purpose of this work was to understand if the relationship between siblings that go through that experience is more distant and has less positive engagement, or if on the contrary and as expected result, the siblings establish a closer bond. The sample consisted of 22 pre-teen girls, 11 daughters of married parents and 11 daughters of divorced parents, to whom was individually applied the semi-projective Family Relations Test-revised (FRT-r) (Bene & Anthony, 1985). The results confirmed that daughters with divorced parents had greater and more positive involvement with their siblings, whereas the element of the family who they gave more love was the younger sibling, and the older one from whom they received.

Keywords: relationship, siblings, divorce, preadolescents, girls.

# ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO .....	7
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	10
1. A PRÉ-ADOLESCÊNCIA E AS SUAS COMPLEXIDADES .....	10
2. <i>SER E TER</i> UM IRMÃO .....	18
3. UMA NOVA FORMA DE FAMÍLIA .....	26
4. OS “IRMÃOS DO DIVÓRCIO”.....	31
III. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E OBJECTIVO DO ESTUDO.....	36
IV. MÉTODO .....	38
DELINEAMENTO .....	38
PARTICIPANTES .....	38
INSTRUMENTO .....	39
PROCEDIMENTO .....	42
V. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	44
VI. CONCLUSÃO E DISCUSSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	58
ANEXOS .....	64
ANEXO 1: Consentimento Informado.....	65
ANEXO 2: Frases que compõem o FRT-r .....	67
ANEXO 3: Family Relations Test - Scoring Sheet.....	72
ANEXO 4: Family Relations Test - Record Form.....	73
ANEXO 5: Lista de Quadros .....	74

## **I. INTRODUÇÃO**

As relações entre irmãos têm sido chamadas as “relações esquecidas” (Shumaker, Miller & Ortiz, 2011), porque os pais são habitualmente vistos como os principais responsáveis pela manutenção das relações familiares. Tem sido dedicada pouca atenção e investigação ao papel dos irmãos comparativamente à abundância de estudos realizados sobre a relação entre pais e filhos (Colonna & Newman, 1983; Fernandes, 2002; Milevsky & Levitt, 2005; Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007), contudo, o interesse sobre alguns aspectos da relação entre irmãos foi emergindo no desenvolvimento da literatura (Kramer & Bank, 2005).

Segundo Rosner (1985) é crucial dar atenção ao impacto dos irmãos no trabalho psicanalítico, não só para a compreensão da família como um sistema interactivo mas também para perceber o desenvolvimento do sujeito. O nascimento de um segundo filho numa família inaugura a fratria, um novo subsistema que vem modificar a estrutura familiar, contudo não cabe à criança escolher ter um irmão. É um acontecimento dramático pela brusca ruptura no seu mundo egocêntrico (Fernandes, 2002), já que este segundo bebé é imposto pelos pais e vai, provavelmente, partilhar uma história de vida com a criança mais duradoura do que qualquer outra pessoa (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

Segundo Gass, Jenkins e Dunn (2007) e Howe e Recchia (2011), na sociedade ocidental aproximadamente 80% das crianças tem pelo menos um irmão, e apesar da experiência de ter e ser um irmão não ser essencial para o desenvolvimento normal de uma criança, quem tem um irmão é profundamente influenciado por essa relação durante toda a vida, quer seja de uma forma enriquecedora ou de constrição (Kris & Ritvo, 1983). As relações entre irmãos fornecem uma contribuição única para o desenvolvimento de uma criança e a ligação que existe entre irmãos pode ser considerada tão importante para o bem-estar da criança como a relação que estas têm com os pais, sendo até que passam habitualmente mais tempo com os irmãos do que com os mesmos (Bank & Kahn, 1997). É na fratria que a criança aprende a lidar com os pares, a formar amizades, a descobrir a cumplicidade, a proximidade, o apoio e a cooperação, mas também a administrar a sua agressividade e a viver experiências de rivalidade (Fernandes, 2002).

Segundo Kernberg e Richards (1988), a literatura mais actual repara que os irmãos têm efeitos no desenvolvimento de um sobre o outro que vão muito além dos efeitos da rivalidade, como é exemplo o desenvolvimento e construção da personalidade, as competências cognitivas e sociais e o crescimento do sentimento de vontade própria. Os irmãos podem modelar estes aspectos da vida do sujeito, podendo ser alvo de conflito, facilitar a resolução

do mesmo ou contribuir para soluções menos satisfatórias. A dinâmica familiar pode levar os irmãos a competir de forma saudável e equilibrada ou, pelo contrário, pode promover a aversão e ódio mútuo. As disputas entre irmãos podem apresentar-se como saudáveis e importantes, pois ensinam as crianças a descobrir maneiras de superar os conflitos e a administrar sentimentos relativos a perdas e ganhos, ao mesmo tempo que promove a formação de alianças e ensina a compartilhar (Brito, 2000).

Um período em que as relações entre irmãos podem ter uma particular importância é durante o processo de divórcio dos pais. O divórcio é actualmente considerado como uma fase normativa do ciclo de vida familiar, embora não seja necessariamente uma fase normal. Apesar de pouco estudada, a literatura sobre esta temática apresenta conclusões contraditórias, pois alguns dos estudos que têm sido realizados declaram a existência de um maior conflito entre irmãos durante o divórcio, enquanto outros afirmam que a relação entre estes se torna mais próxima e os irmãos mais unidos, existindo um aumento de apoio social entre ambos (Dunn, Slomkowski & Beardsall, 1994).

Para Jennings (1998), este apoio pode moderar o impacto dos efeitos negativos do divórcio, pois as crianças que beneficiam do suporte dos irmãos têm menos probabilidade de deprimir, têm níveis mais altos de auto-estima e mostram menos comportamentos de delinquência. Contudo, Sheehan, Darlington, Noller, e Feeney (2004, cit. por Noller, 2005) referem que as relações entre irmãos que experienciam situações stressantes e difíceis, como o divórcio dos pais, parecem oscilar entre o polo da hostilidade e da agressividade e o polo da afectividade e do apoio. Uma explicação plausível para esta situação centra-se na forma como os irmãos mais velhos tentam compensar os problemas existentes em casa protegendo e “controlando” os irmãos mais novos. Esta protecção pode introduzir mais conflito na relação porque os irmãos mais novos não parecem gostar deste controlo, por vezes excessivo e, assim, a relação apesar de ser mais próxima, torna-se também mais conflituosa (Dunn, 2000; Noller, 2005).

Em Portugal, surpreendentemente, a bibliografia encontrada sobre como a relação entre irmãos é afectada pelo divórcio é quase nula, tendo em conta a actualidade e pertinência do tema. Deste modo, o intuito deste trabalho era o de contribuir, por pouco que seja, para a investigação qualitativa portuguesa sobre este tema, tendo como objectivo geral compreender melhor o impacto do divórcio na qualidade da relação entre irmãos na pré-adolescência.

A investigação encontra-se dividida em seis grandes capítulos: a Introdução, o Enquadramento teórico, a Formulação do problema e objectivos do estudo, o Método, a Análise e Interpretação de resultados e a Conclusão e Discussão. A parte teórica do presente estudo subdivide-se em quatro capítulos, o primeiro centra-se sobre a pré-adolescência e a sua complexidade, o segundo sobre o que é *ser e ter* realmente um irmão, o terceiro sobre a família e o divórcio e, por último, o quarto capítulo estuda a relação entre irmãos que experienciam o divórcio dos pais – “os irmãos do divórcio”. A parte empírica desta investigação é constituída pelo método, onde se especifica o delineamento e objectivo do estudo, a amostra de participantes, o instrumento utilizado (Family Relations Teste revised – FRT-r) e o procedimento de recolha de dados. No capítulo seguinte apresenta-se a análise de resultados e, por fim, uma conclusão de todo o trabalho sob forma de reflexão e discussão.

## **II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. A PRÉ-ADOLESCÊNCIA E AS SUAS COMPLEXIDADES**

No processo de desenvolvimento do sujeito, a adolescência é caracterizada por um período de transição complexo, acompanhado por um procedimento de maturação biopsicossocial, entre a infância e a idade adulta, sendo este um dos períodos mais desafiantes da vida do sujeito. Mas este processo de maturação não é linear, pois as modificações psicológicas de adaptação levam o sujeito a reformular a sua imagem de si, dos outros e da sua relação com o meio (Sousa, 2000).

O desenvolvimento do adolescente inscreve-se na lembrança do passado e na expectativa do futuro, e o jovem evolui do seu estágio infantil e dependente dos outros, para um estágio adulto em que começa a formar a sua identidade e adquirir a sua própria independência (Sampaio, 1994; Braconnier & Marcelli, 2000). Segundo Blos (1979/2003), a adolescência pode ser descrita como um percurso de desenvolvimento que se inicia com a puberdade e termina com a formação e organização da identidade, tendo de passar por três processos distintos mas interligados. O primeiro é o processo de individuação que consiste na remodelação dos objectos internos infantis, o segundo é o desenvolvimento de uma identidade sexual que permite ao sujeito ter um papel sexual na sociedade e, por último, a formação do Ideal do Ego. A formação da identidade é um processo dinâmico composto pela dimensão interna do sujeito e pela dimensão externa ao sujeito, ou seja, pressupõe a integração das pulsões características desta etapa de desenvolvimento numa unidade que interage com os estímulos do meio social, permitindo ao sujeito consolidar as suas relações sociais e estruturar a sua personalidade (Sampaio, 1994).

Segundo Braconnier e Marcelli (2000) e Vila-Real (2004), a adolescência era inicialmente considerada como um curto período de crescimento, não tendo uma grande conotação psicológica e sendo descrita basicamente como uma crise, pois o que era mais saliente na vida do adolescente era a sua “inconstância constante”, como a sua mudança repentina de humor, a incoerência de afectos, ou as transformações bruscas a nível físico e psicológico. O adolescente sofre um enorme aumento pulsional, várias modificações corporais e reorganizações defensivas, ao mesmo tempo que procura um novo sistema de idealização e identificação, e todas estas características parecem favorecer a visão da adolescência como uma crise ou conflito (Braconnier & Marcelli, 2000). Para Vila-real

(2004), os conflitos que se desencadeiam são fundamentalmente internos mas podem conduzir a conflitos com o meio exterior porque estão relacionados com a remodelação dos objectos internos infantis.

Ainda, Erikson (1972) faz corresponder a adolescência a um período único no ciclo de vida de um sujeito, pois é nesta etapa que surge a problemática da resolução da crise de identidade, sustentando que para chegar a uma identidade pessoal coerente é necessário que o adolescente passe por uma crise e, posteriormente, saiba resolvê-la de forma eficaz. Assim, apesar das mudanças que ocorrem neste período serem dramáticas, são necessárias para que o sujeito no futuro se torne um adulto capaz de tomar as suas próprias decisões e seja independente e autónomo. A autonomia pode entender-se como a necessidade de o sujeito conquistar o domínio de si próprio e obter um espaço mental que lhe permite pensar e reflectir, e relacionar-se com outros sujeitos fora do contexto família (Braconnier & Marcelli, 2000). Para Fleming (1993), a individuação do adolescente tem por base não só o afastamento e distância dos pais, mas também os esforços compensatórios para um restabelecimento da relação com os mesmos. É importante referir que este processo é progressivo, tendo início na puberdade e terminando no final da adolescência, e que a capacidade do jovem atingir a autonomia está relacionada com a estimulação da separação por parte dos pais e a qualidade emocional do vínculo que liga os filhos adolescentes aos mesmos (Sampaio, 1994).

Segundo Sousa (2000), a adolescência, apesar de ser um fenómeno universal, não tem fronteiras cronológicas precisas, o seu início dá-se habitualmente com as modificações psicobiológicas da puberdade e o ritmo destas é distinto de sujeito para sujeito, graças à influência de múltiplos factores. Por outro lado, o fim da adolescência é indeterminável pois não existe nenhum acontecimento biológico que indique a entrada exacta para a vida adulta. Erikson (1972) afirma que a adolescência só está terminada quando o adolescente sujeitou as suas identificações infantis a uma nova identificação, elaborada através da socialização e aprendizagem.

A fase mais conturbadora e desorganizadora da adolescência é, sem dúvida, o início da mesma, ou seja, a pré-adolescência. Esta fase é caracterizada por inúmeras transformações de tal forma rápidas que se torna muito complicado para o jovem suportá-las e integrá-las (Vila real, 2004). Blos (1970/2003) sublinhou a etapa inicial da adolescência como um período crucial no processo que o adolescente ultrapassa na sua totalidade, visto que a formação da identidade, a consolidação da personalidade, a formação de carácter ou a segunda

individuação, têm prenúncios favoráveis ou desfavoráveis na adolescência de acordo com a forma como os desafios evolutivos antecedentes foram resolvidos. No fundo, a pré-adolescência consegue decidir o curso que a adolescência seguirá.

Para Braconnier e Marcelli (2000), o pré-adolescente vê o seu corpo a sofrer uma imensidão de modificações, enfrenta angústias inerentes à construção e estruturação da sua identidade, redefine valores e conceitos, procura novos relacionamentos e, também, uma maior autonomia. Ao entrar na adolescência, o jovem vive constantes rupturas e imensos paradoxos, o adolescente necessita e quer ser autónomo, ter um papel na sociedade, mas ao mesmo tempo teme as regras e limites, e solicita os pais para inúmeras situações da sua vida quotidiana. Com o desenvolvimento da autonomia, o jovem aprende a utilizar os seus recursos, no sentido de se auto-cuidar, eliminar situações de desconforto e procurar de uma forma activa o prazer. Assim, a adolescência parece ser esta passagem de conduta passiva, em que a criança espera ser gratificada pelos seus cuidadores e por isso depende deles, para um comportamento activo em que o jovem aprende a explorar o ambiente e a buscar satisfação (Matos, 2002).

Contudo, o adolescente está sempre a enunciar verdades absolutas e, ao mesmo tempo, duvida constantemente de si próprio e dos que o rodeiam (Sousa, 2000). Ele procura e investe em várias identidades transitórias e ocasionais para conseguir perceber-se e definir a sua própria identidade (Brêtas, 2004). Assim, viver a adolescência significa experienciar os vários paradoxos, ser paciente e tolerante relativamente ao sofrimento implícito aos mesmos para que essas vivências paradoxais encontrem, por fim, uma entrada na vida adulta. Deste modo, as tarefas centrais do adolescente são a descoberta de si mesmo, a busca de uma identidade e subjectividade, a conquista da autonomia e independência, e, ainda, a mudança do investimento objectal (Matos, 2002). No fim da adolescência, o jovem adulto será capaz de “esquecer” as incertezas, as dúvidas, e os momentos de angústia e vergonha que viveu nesta fase de vida e predominará a satisfação da descoberta, quer a nível individual, afectivo, profissional ou social (Braconnier & Marcelli, 2000).

Ao estudar a pré-adolescência é necessário falar da puberdade, pois não se pode compreender a mesma isolada dos seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, sendo o conjunto destas características que confere uma unidade a este fenómeno que é a pré-adolescência. Esta inicia-se por volta dos 11 anos com o aparecimento da puberdade que corresponde a um conjunto de transformações hormonais e orgânicas que têm implicações morfológicas e fisiológicas (Sousa, 2000; Braconnier & Marcelli, 2000), alterando a taxa de

crescimento e modificando o tamanho, forma e composição do corpo do sujeito (Vila-Real, 2004). A pré-adolescência estende-se, aproximadamente, durante um período de 18 meses a 2 anos (Braconnier & Marcelli, 2000), atingindo os rapazes o pico de crescimento da puberdade aos 14 anos e as raparigas aos 12 anos (Vila-Real, 2004). E, segundo Gomes-Pedro (1997) e Vila-Real (2004), as diferenças de maturação não se dão somente de sexo para sexo, mas a rapidez do desenvolvimento também varia, verificando-se várias alterações físicas de sujeito para sujeito. Contudo, o processo é sequencial e ocorre por uma ordem de fenómenos pubertários, e a criança, num período relativamente curto, sofre um conjunto enorme de transformações morfológicas fundamentais (Vila-Real, 2004).

Mas mais importante que as transformações pubertárias, são os efeitos que estas provocam no sujeito, no seu contexto familiar e nas relações entre pares. Segundo Freud (1905/1989) a puberdade é caracterizada como uma fase em que as actividades vindas das pulsões e das várias zonas erógenas, que anteriormente procuravam prazer independentemente uma das outras, agora se subordinam ao primado genital, ou seja, estabelece-se a unificação das pulsões sob uma nova finalidade sexual tendo como consequente a diferenciação de sexo e a eleição do objecto sexual. Assim, pode-se perceber que as modificações físicas caracterizadas pela puberdade e o respectivo desenvolvimento dos órgãos sexuais e da capacidade reprodutiva provocam no adolescente a sensação de aparecimento de um novo papel, uma nova identidade. O interesse pelo corpo e o investimento na sua imagem e do valor sexual do mesmo, vai depender, em grande parte, do modo como o adolescente imagina que o outro vai apreciar e desejar o mesmo (Matos, 2002). É, então, necessário que o sujeito reconstrua e modifique a sua identidade para nela integrar o seu novo corpo adulto e, por isso, a sua nova identidade sexual (Braconnier & Marcelli, 2000).

A puberdade constitui um período em que a ansiedade do sujeito se intensifica, deixando desprotegidas algumas falhas na estrutura psíquica que não se manifestavam ou pareciam irrelevantes (Blos, 1970/2003). A emergência dos impulsos que antes estavam controlados trazem uma enorme desorganização ao sujeito e a instabilidade dos contornos corporais e as variações de peso, tamanho e forma, provocam também grande ansiedade e receios na estruturação e definição de limites do sujeito (Vila-Real, 2004). Segundo Braconnier e Marcelli (2000), esta angústia pode resultar em perturbações na questão de identidade e, por consequente, nas relações com os outros. Como o corpo não é apenas um invólucro, mas também um elemento importante da constituição identitária, permitindo ao sujeito reconhecer-se e que os outros o reconheçam, o jovem tem de conseguir adaptar-se à

sua nova imagem até adquirir o sentimento de coesão e coerência de *self* (Birraux, 1990, cit. por Vila-Real, 2004).

Para a formação da identidade o adolescente tem de elaborar algumas perdas que são consideradas como lutos. O luto pelo corpo infantil em que o jovem tem de aceitar todas as transformações corporais e os novos impulsos que surgem da perda da “bissexualidade infantil” e da entrada na sexualidade adulta (Aberastury & Knobel, 1981). Ele tem de desinvestir dolorosamente a imagem do corpo de criança (Matos, 2002). Em relação aos pais, o jovem tem de aceitar a transição da dependência infantil para a independência do adulto, ou seja, tem de se “decepcionar” e fazer o luto dos pais idealizados da infância e, por fim, identificar-se com os seus pares e procurar apoio no grupo não-familiar e iniciar o novo processo de socialização (Aberastury & Knobel, 1981; Brêtas, 2004). O luto dos imagos parentais consiste no desinvestimento das figuras parentais, protectoras e limitantes, e na sua desidealização, funcionando como um organizador da identidade adulta (Matos, 2002). O adolescente vê-se, assim, obrigado a fazer o luto pelo seu corpo infantilizado, pela sua identidade infantil e pela dependência dos pais, tendo de enfrentar o mundo adulto e desprender-se do seu mundo de criança.

Mas é ainda importante salientar as modificações na estrutura cognitiva, pois com a entrada nas operações formais o jovem sente-se capaz de manipular raciocínios e hipóteses, e não apenas objectos concretos, alterando a sua compreensão do mundo (Vila-Real, 2004). Esta situação permite não só adquirir um estatuto intelectual semelhante ao dos adultos, como também avaliar de maneira crítica os raciocínios dos mesmos e construir as suas próprias teorias e julgamentos sobre determinados assuntos (Sousa, 2000). Contudo, o egocentrismo adolescente faz com que mesmo ao conceptualizar os pensamentos dos outros, o jovem não diferencie o seu foco de interesse do dos outros e assuma que estes se centram naquilo que é central para si, como o seu próprio comportamento ou aparência. Estas tendências egocêntricas vão-se tornando menos intensas e são ultrapassadas por volta dos 15 anos (Vila-Real, 2004).

Com a autonomização do pensamento, o jovem é forçado a constantes mudanças de perspectiva, criando uma instabilidade nas suas atitudes e humores, em que o entusiasmo intenso por um objecto pode ser desviado rapidamente para outro e induzir alguma incapacidade em controlar emoções (Vila-Real, 2004). Esta inconstância e incoerência faz com que os adultos, principalmente os pais, e os jovens se queixem uns dos outros e vivenciem grandes conflitos.

Segundo Blos (1979/2003) existem outras razões de ordem interna para a existência destes conflitos, como por exemplo a necessidade de distanciamento e separação dos pais, especialmente da mãe arcaica visto esta ser o primeiro objecto de amor e, por isso, existir uma maior dificuldade para se separar da mesma e conseguir individualizar-se. É na pré-adolescência que apesar de os filhos terem uma visão positiva dos pais, a relação com os mesmos passa a basear-se apenas na vida rotineira do jovem e é o grupo de pares que vai adquirir uma maior importância (Smetana & Asquith, 1994, cit. por Vila-Real, 2004). Mas, se por vezes os pais são postos à distância para a conquista de autonomia, outras vezes o jovem precisa de se reaproximar para se sentir protegido e amado como era em criança (Matos, 2002).

Segundo Braconnier e Marcelli (2000), para além das mudanças físicas, que em apenas alguns meses a criança percebe que o seu corpo está a sofrer transformações radicais, e das psicológicas, em que o jovem necessita de romper com as suas ideias, modelos de identificação e interesses anteriores, a mudança é também social e familiar. Ao mesmo tempo que a clivagem dos imagos parentais aparece como uma característica importante desta fase inicial da adolescência, em que os jovens apresentam atitudes extremas e contraditórias relativamente aos pais reais (Blos, 1979/2003), também é importante ter em conta que o sistema familiar vai sofrer alterações com o desenvolvimento do adolescente. As relações hierárquicas aceites outrora pela criança são agora reclamadas pelos pré-adolescentes que têm capacidade para detectar erros no discurso dos adultos e desafiar os mesmos, conseguindo transformar as mesmas em relações mais igualitárias (Shave & Shave, 1989, cit. por Vila-Real, 2004).

Para Gomes-Pedro (1997) é durante a adolescência que se processam diferentes mecanismos de autonomia relativamente à família e, ao mesmo tempo, é possível consolidar uma identidade mais individualizada. O jovem distancia-se da família, sob uma forma simbólica, pois os pais já não parecem tão perfeitos aos olhos dos filhos e já não conseguem satisfazer todas as necessidades de socialização dos mesmos (Braconnier & Marcelli, 2000; Vila-Real, 2004). Assim, o adolescente precisa de se diferenciar e procurar fora do círculo familiar as novas fontes de modelo e, subjacente a essa separação, dá-se um novo processo de individuação, onde o jovem começa a formar a sua própria autonomia e independência (Dias & Fontaine, 1996).

A necessidade de se distanciar e fugir aos modelos e restrições dos pais leva o jovem a procurar referências de modelos de conduta em contextos fora da família, como o grupo de

pares, tendo de reorganizar as suas identificações (Gouveia-Pereira et al., 2000; Sousa, 2000). A vontade de partilhar vivências e padronizar ideias e atitudes faz do grupo um lugar privilegiado para os jovens, pois é nele que existe uma uniformidade de comportamentos, pensamentos, hábitos e uma troca de experiências e sentimentos (Braconnier & Marcelli, 2000). Segundo Gouveia-Pereira et al. (2000), o grupo de amigos assume uma grande importância para os adolescentes pelo seu suporte emocional e instrumental, pela ajuda na resolução das tarefas desenvolvimentais, na construção da identidade e, também, pela necessidade de aceitação e pertença que é fundamental para o jovem formar a sua identidade (Vila-Real, 2004). É nos grupos que o adolescente obtém um novo quadro de referência que permite ao jovem desenvolver a sua identidade e conquistar a desejada autonomia. Vários autores referem que alguns grupos de pares são nocivos e podem levar o jovem a adoptar comportamentos marginais com medo de não ser aceite pelos colegas, contudo algumas investigações mais recentes concluem que a influência dos pares proporciona habitualmente experiências positivas e, também, permite ao sujeito formar a sua auto-imagem (Gouveia-Pereira et al, 2000).

Gomes-Pedro (1997) afirma que a existência da revolta contra o meio e contra os pais, a afirmação da identidade com uma procura da originalidade e a selecção das amizades, são comportamentos naturais da adolescência e devem ser aceites, pois permitem ao adolescente uma fortificação e confiança em si mesmo. Sampaio (1994) refere que os pais devem tentar fornecer um ambiente de compreensão e apoio, pois a ausência de modelos significativos, a necessidade de independência, a auto-afirmação e o acesso ao estatuto de adulto, leva os adolescentes a adoptar facilmente comportamentos anti-sociais e de risco. Assim, pode-se perceber que a família tem um papel crucial na responsabilidade da construção de projectos na vida do adolescente e na formação dos valores e crenças, visto constituir o primeiro cenário da vida de um sujeito (Fernandes, 2002). O clima familiar e, principalmente, a qualidade do contacto com os pais constituem os factores mais significativos para o adolescente ter ou não problemas (Braconnier & Marcelli, 2000). Deste modo, parte significativa de cada um será construída a partir das aprendizagens realizadas no quadro familiar, principalmente nas relações estabelecidas com a família nuclear, os pais e irmãos.

O vínculo existente entre irmãos permite distingui-los como um subsistema dentro do sistema da família, contribuindo, ou não, para a harmonia familiar e servindo de modelo para as relações sociais experimentadas fora da mesma (Fernandes, 2002). Assim, para além dos pais, é importante ter em conta que os irmãos representam também figuras de possível

deslocamento das relações entre os pais-filhos e a presença destes contribuí para a riqueza do desenvolvimento do jovem, podendo as relações fraternas ser descritas como calorosas e cúmplices, de rivalidade ou ciúmes ou, ainda, um combinado destas duas (Braconnier & Marcelli, 2000).

## 2. *SER E TER UM IRMÃO*

A relação entre irmãos tem vindo a ser raramente descrita como positiva, e os termos inveja, ciúme, rivalidade e hostilidade têm sido utilizados para caracterizar a mesma. A Bíblia, enquanto transcrição de mitos e lendas, dá a conhecer diversas histórias ilustrativas sobre irmãos sendo a mais famosa a de Caim e Abel, que relata a história do primeiro homicídio, e fratricídio, na Terra, cometido pelo filho primogénito e causado pela inveja, ciúme e competição (Jennings, 1998; Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007). A esta história mítica poderíamos juntar outras que ilustram os dois polos de afectos extremos que a relação entre irmãos pode alcançar: o amor intenso, uma gemelaridade espiritual que os conduz a uma união corporal e incestuosa, ou um ódio intenso que se baseia na mesma confusão entre o si e o outro, gerando uma rivalidade mortífera e uma necessidade de aniquilação do outro (Fernandes, 2002).

A literatura psicanalítica, durante muito anos, foi quase desprovida de referências sobre a relação entre irmãos e irmãs ou da experiência de “ser um irmão”, e esta raramente é foco de tratamento (Bank & Kahn, 1980; Rosner, 1985). Adler foi um dos primeiros a interrogar-se sobre esta temática e, embora não tenha conduzido um estudo sistemático, foi pioneiro no estudo de comportamentos típicos das posições fraternais e abriu caminho sobre a importância dos irmãos na área da família (Fernandes, 2002). Apesar de outros autores, como Freud e Piaget, salientarem em breves e subtis linhas a importância dos irmãos no desenvolvimento individual, a teoria neo-Freudiana quase não considerou a relação entre irmãos como uma força maior na vida de um sujeito (Bank & Kahn, 1980; Parens, 1988). O papel dos irmãos durante o período de latência e da adolescência foi pouco estudado até mesmo por autores que estudaram este período de uma forma extensiva, como é o caso de Blos ou Erikson (Colonna & Newman, 1983; Fernandes 2002).

O irmão tem sido visto como aquele que incomoda, que impede, que é rival e concorrente e faz a criança renunciar ao seu lugar privilegiado, à atenção, ao afecto e à dedicação dos pais que anteriormente eram exclusivamente seus (Parens, 1988; Watarai, 2009). Com o nascimento do irmão, a criança descobre que não é o único objecto de amor dos pais, e o medo de perder este amor absoluto pode conduzir a enormes sentimentos de angústia (Kris & Ritvo, 1983; Rosner, 1985). No entanto, é importante ter em conta o papel organizador desta frustração, que ao contrapor-se à onnipotência dos desejos e do imaginário, confronta a criança com o real (Watarai, 2009). A chegada de um irmão é sempre a chegada

de um desconhecido que vem perturbar de alguma forma o equilíbrio alcançado na família e cabe ao filho mais velho reorganizar o seu espaço e a sua maneira de pensar e estar, tendo em conta as exigências da nova criança (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

Segundo Bank e Kahn (1980) e Fernandes (2002), Freud afirmou que as relações entre irmãos eram significantes apenas como um simples derivado das experiências e sentimentos relacionados com os pais. Freud refere-se algumas vezes ao *complexo de família*, sendo este uma extensão do *complexo de Édipo* e originando-se quando o irmão se torna no objecto de amor substituto (Fernandes, 2002). Dois dos escritos de Freud parecem salientar referências subtis, mas importantes sobre a relação entre irmãos são *Analysis of a Phobia in a Five-Year Old Boy* e *The History of an Infantile Neurosis*.

O primeiro escrito é sobre o Pequeno Hans, a primeira criança paciente de Freud, e pode-se perceber a referência feita à relação e sentimentos desta criança pela sua irmã. A chegada da irmã trouxe muitos elementos novos, como a submissão a um certo grau de privação pela separação temporária da sua mãe, e mais tarde, pela diminuição permanente dos cuidados e atenção que Hans recebia e que, a partir de então, teve de dividir com a sua irmã. Assim, quando esta nasce, a raiva e ciúme sentidos por Hans são evidentes. Ao ficar doente, poucos dias depois do nascimento da irmã e sob o efeito da febre alta, deixou escapar quão pouco gostava deste acréscimo à família. A afeição podia vir mais tarde, mas a sua primeira atitude perante a irmã foi de hostilidade. Nesta obra Freud afirma que, como irmão mais velho, Hans não se vê no papel de mentor da sua irmã, mas vê ameaçada a monopolização do amor e interesse dos pais. (Freud, 1909/1969; Bank & Kahn, 1980).

Na outra obra seleccionada, *The History of an Infantile Neurosis* (Freud, 1918/ 1969), Freud dá-nos detalhes sobre a relação tortuosa do jovem russo com a sua irmã, sendo esta uma relação ambivalente e humilhante. Foi a irmã que lhe inspirou a fobia de lobos, pois havia um livro de figuras no qual estava representado um lobo de pé e, sempre que via esta figura o menino começava a gritar, tinha medo que o lobo viesse e o comesse. A irmã, no entanto, conseguia sempre obrigá-lo a ver esta imagem, e deleitava-se com o terror do mesmo. Além disso, foi esta que o seduziu sadicamente quando eram mais novos e depois rejeitou as suas investidas sexuais e, também, o fez sentir-se inferior por causa das suas capacidades intelectuais (Bank & Kahn, 1980).

Com a análise destas obras pode-se perceber que Freud fez sem dúvida referências às relações entre irmãos, mas parece ter focado apenas as características e efeitos negativos das mesmas, como por exemplo, a influência nociva de um irmão sobre o desenvolvimento do

outro, a competição prejudicial pelo amor dos pais e a raiva frequente e contínua subjacente ao outro (Bank & Kahn, 1980). A ênfase sobre os sentimentos negativos contra os irmãos faz parecer que o autor via o nascimento de um irmão apenas como uma desvantagem na vida do sujeito, mas noutros escritos podemos perceber que também acreditava nas vantagens de ter um irmão, ao falar do estímulo intelectual ou do “instinto maternal” que pode vir a desenvolver-se na criança mais velha (Bank & Kahn, 1980; Colonna & Newman, 1983). É importante salientar que o nascimento de um irmão não gera exclusivamente ciúmes, o promogénito mostra uma curiosidade enorme pela maneira como o bebé se comporta ou faz os outros se comportar, chegando até a simular o papel do mesmo ou o do cuidador (Fernandes, 2002).

Klein (1937/1975) referiu que os desejos sádicos podem ser dirigidos tanto aos irmãos mais novos como aos mais velhos, e salientou que estes sentimentos de ódio e ciúme entram em conflito com os sentimentos de amor, provocando na criança um forte sentimento de culpa e vontade de “fazer o bem”. Klein afirma ainda que ao crescer com um irmão, a criança aprende a separar-se mais facilmente dos pais e a criar um novo tipo de relação, a relação entre irmãos (Rosner, 1985). Assim como o pai, a existência de um irmão também ajuda a separação da mãe e da criança, pois ao ver a sua mãe como a mãe de outro permite à criança definir o seu próprio relacionamento com a mesma e perceber que tem de aprender a partilhar tanto os bens afectivos como o seu espaço físico e material (Fernandes, 2002).

Agger (1981, cit. por Kernberg & Richards, 1988) salienta também algumas questões paradoxais da relação entre irmãos, como por exemplo a forma como o nascimento do irmão pode mobilizar fantasias de que os pais não estão satisfeitos com a criança que já possuem mas que ao mesmo tempo a falta de irmãos pode induzir fantasias de culpa de ter morto um potencial rival no útero. Outro exemplo é o facto da rivalidade entre irmãos fomentar sentimentos agressivos e competitivos na criança, mas um irmão “suficientemente bom” poder permitir um desenvolvimento social adequado (Kernberg & Richards, 1988; Fernandes, 2002). Um exemplo bastante surpreendente vem do estudo de Furman em 1974, em que uma criança de apenas um ano procura desesperadamente pela casa o irmão que tinha morrido recentemente. Furman ficou impressionada com o facto de uma criança tão nova se mostrar tão persistente em precisar e procurar o irmão que estava desaparecido e apresentar sinais de uma evidente tristeza e frustração por não o encontrar (Parens, 1988).

Segundo Kris e Ritvo (1983), com a chegada de um novo irmão, esta criança não é vista pelo filho mais velho como uma fonte de prazer imediata ou um objecto de amor, não havendo motivação para inibir o desejo de expulsar da sua família este recém-chegado. Mas, com o passar do tempo, a criança acaba por aceitar o irmão e a raiva e as tendências agressivas podem evoluir para formas de carinho, cuidados, protecção e lealdade.

É, então, importante perceber que devido à maior semelhança e igualdade existente entre irmãos do que a existente entre pais e filhos, os irmãos têm interesses e necessidades mais parecidas e ao tentarem alcançá-las acabam por desenvolver alguma rivalidade e competição (Noller, 2005). Mas, para Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), a tendência de se enfatizar mais os sentimentos de inveja e rivalidade em detrimento de uma possível boa e saudável relação, faz com que não se dê a devida importância ao papel que a função fraterna desempenha na estruturação familiar. Segundo Colonna e Newman (1983), os irmãos podem ser uma fonte óbvia de prazer e divertimento, pois oferecem oportunidades ricas para elaboração de fantasias e criação de papéis em jogos, estimulando-se mutuamente. Através do jogo e brincadeira entre irmãos é possível não só aprender com o outro mas também elaborar a angústia sentida e moderar a descarga da agressividade (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

Ao reflectir sobre o ponto de vista redutor, maioritariamente “pessimista”, de Freud relativamente aos irmãos pode-se perceber que é provável que este tenha, também, grande influência dos factores culturais e históricos, pois na altura enfatizava-se as hierarquias e não se dava tanta importância ao poder dos grupos de pares e das relações colaterais entre iguais (Bank e Kahn, 1980). O poder diferencial entre pais e filhos parecia muito mais interessante a Freud e aos seus seguidores do que o vínculo e a relação recíproca entre irmãos (Fernandes, 2002). Actualmente, a ideia de fraternidade é muito menos conflituosa e hostil do que se pensava antes, não se podendo considerar como absolutos a visão e conceitos de Freud sobre a relação entre irmãos (Bank & Kahn, 1980).

A relação entre irmãos é, para a maioria das pessoas, a relação de maior durabilidade e os mesmos podem ocupar papéis diferentes relativamente um ao outro ao longo da vida, podendo passar tanto por figuras de apego, companheiros, protectores ou socializadores, como por rivais e inimigos (Noller, 2005). Segundo Sinclair (2010), os mesmos podem desempenhar um papel mais importante do que os pais quanto à maneira como as crianças agem e percebem as relações interpessoais. Os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e de alguma forma inconsciente, sobre o funcionamento uns dos outros, pois

vivenciam juntos experiências, sentimentos e conflitos na intimidade da vida familiar. Mesmo quando já são adultos, não vivam na mesma casa e tenham seguido percursos de vida distintos, permanecerá em cada irmão uma marca, uma memória inconsciente desses acontecimentos e que funcionará como um ponto de referência para a sua própria identidade. Esta função da fratria na construção da identidade pessoal, pode demonstrar que a rivalidade entre irmãos não é alimentada apenas pelo desejo de monopolizar o amor dos pais, mas também pela necessidade de se diferenciarem um do outro e não se constituírem como uma espécie de duplo (Fernandes, 2002). O vínculo entre irmãos não é, portanto, um simples derivado da relação que estes sujeitos têm ou criaram com os pais, este vínculo existe e tem “vida própria” (Goldsmid e Féres-Carneiro, 2007).

Segundo Bank e Kahn (1997), a relação entre irmãos pode ajudar a criança a perceber o mundo, servindo os irmãos como intérpretes da sociedade, visto que o tempo que a criança passa com os irmãos excede habitualmente o tempo que esta passa com os pais (Fernandes, 2002). Relativamente ao conflito entre irmãos, Vandell e Bailey (1992, cit. por Sinclair, 2010) descobriram que mesmo em famílias com um elevado nível de conflito, se este fosse um conflito construtivo entre irmãos, o mesmo poderia resultar em mudanças desenvolvimentais como o aumento das capacidades cognitivo-sociais. A relação entre irmãos pode, assim, fornecer à criança um quadro de competências, pois vão aprendendo a negociar, manipular, partilhar, concordar, a discordar, a comprometer-se e a reconciliar-se através da ligação desenvolvida entre ambos (Fernandes, 2002:).

Deste modo, pode-se perceber que os irmãos por serem parceiros naturais, usufruem de uma aprendizagem mútua e recíproca, jogarem e fantasiarem futuros papéis, têm mais oportunidades de aprender formas diferenciadas de se relacionar com os outros. Isto vai permitir um maior e precoce desenvolvimento do conceito de “nós”, visto que os irmãos são habitualmente os primeiros pares nas experiências das crianças (Kernberg & Richards, 1988; Parens, 1988), parecendo isto fundamental para o sentimento de pertença do sujeito a uma comunidade e vida social.

As crianças são mais susceptíveis de modelar as suas estratégias de interacção social com base na sua relação com os irmãos (Sinclair, 2010). Por exemplo, crianças em relações mais agressivas com os seus irmãos parecem estar envolvidas em relações mais agressivas com os seus pares, sugerindo isto que o relacionamento entre irmãos pode provocar um efeito de transição que prediz uma semelhança na qualidade da relação com os pares (Lockwood,

Kitzmann & Cohen, 2001, cit. por Sinclair, 2010), permitindo moldar a forma como o sujeito vai agir nas suas futuras relações.

Dunn et al. (1994) afirmam que a relação entre irmãos oferece às crianças uma série de oportunidades para aprender sobre si mesmas e como lidar com os outros, pois as crianças que falam sobre os seus sentimentos com os irmãos parecem ter uma maior capacidade de reconhecer e perceber os sentimentos dos outros. Assim, a relação entre irmãos apresenta-se como um campo protegido e seguro para aprender a interagir com outras crianças que são parceiros interessantes e envolvidos em brincadeiras e actividades semelhantes, permitindo à criança descobrir maneiras construtivas de resolver conflitos e regular emoções positivas e negativas (Jennings, 1998; Dunn, 2000). Deste modo, os confrontos, discussões e as regulações entre irmãos que se iniciam na primeira sociedade que é a família, constituem uma aprendizagem fundamental na matéria de socialização (Watarai, 2009).

Como em todas as relações, a relação entre irmãos também sofre algumas mudanças ao longo do tempo. A relação entre irmãos é formada na primeira infância e é marcada por várias disputas, tanto pelo amor dos pais como pelos brinquedos ou espaços. Segundo Noller (2005), esta torna-se mais importante em termos do desenvolvimento sócio-cognitivo quando estes atingem os 4 anos de idade e a relação se torna mais igualitária e simétrica, tornando-se companheiros mais eficientes (Fernandes, 2002). Posteriormente, na idade de latência, esta relação vai-se aprofundar, ficando mais intensa e íntima mas também mais conflituosa (Carter & McGoldrick, 1995). Enquanto alguns afirmam que a maioria das relações entre irmãos tendem a tornar-se menos íntimas no início da adolescência (Burhmester, 1992, cit. por Jacobs, 2006), outros descobriram que os irmãos se tornam mais íntimos e próximos durante esta etapa, quando se vão diferenciando cada vez mais dos seus pais (Feinberg, McHale, Crouter, & Cumsille, 2003, cit. por Jacobs, 2006).

Relativamente à entrada na adolescência, esta é, por si só, uma fase complexa e de vários tormentos, o adolescente perde a sua identidade infantil com as suas inerentes vantagens, sem ter, ainda, conseguido o poder e estatuto que ser adulto lhe confere. A presença de irmãos mais novos pode intensificar a complexidade da adolescência, pois o adolescente ao mesmo tempo que luta para deixar de ser criança, ainda anseia os carinhos, protecção e vantagens que vê no irmão mais novo (Fernandes, 2002). Nesta fase existem alguns motivos para discórdia, como objectos pessoais ou o quarto inviolável do adolescente, mas também é possível assistir a muitos momentos de solidariedade entre irmãos, que se protegem e têm uma atitude corporativa, fazendo com que os pais se sintam por vezes julgados ou postos de parte (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

Por fim, na idade adulta, é habitual existir um distanciamento entre os mesmos pois os seus investimentos estão mais concentrados na construção da sua vida pessoal, e cada um segue o seu próprio caminho, iniciando uma carreira profissional e família (Noller, 2005). Mas, apesar da reduzida proximidade física, a maior parte dos irmãos continua a manter contacto através de outras vias e a partilhar visitas e datas especiais, como o natal ou aniversários (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

Contudo, é possível verificar alguma continuidade na qualidade das relações entre irmãos desde a primeira infância ao início da adolescência, principalmente nos comportamentos e sentimentos positivos dos irmãos mais velhos em relação aos mais novos (Howe & Recchia, 2011). Mas, relativamente ao desequilíbrio inicial de poder entre irmãos, este parece torna-se menos relevante com o tempo e as interações tornam-se mais equitativas, passando o irmão mais novo a assumir um papel mais activo na relação (Dunn et al., 1994). É importante salientar que existem algumas variáveis do ambiente familiar, como a ordem de nascimento ou o género, que parecem estar relacionadas com a qualidade da relação entre irmãos.

O filho mais velho é, ainda hoje, visto muitas vezes como um privilegiado, é o primeiro, o herdeiro da liderança da família, tendo uma posição hierarquicamente superior que acarreta mais responsabilidades e apresentando-se como um modelo para os irmãos, que provavelmente imitarão as suas ideias, vontades e comportamentos (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007). O segundo filho, ou o filho do meio, tem de ganhar um lugar na fratria, este vive num estado de tensão para alcançar metas impossíveis de atingir, como a luta pela superioridade que tem o irmão mais velho ou pelo lugar de criança que é ocupado pelo irmão mais novo. Relativamente a este, é o “bebé” da família, é privilegiado e muitas vezes protegido porque parece precisar de mais amparo do que os seus irmãos (Fernandes, 2002). Alguns filhos mais novos sentem-se tentados a competir e provar que não são crianças e que são capazes de fazer tudo o que os seus irmãos mais velhos fazem, outros tentam esquivar-se dos seus deveres e querem sentir-se amados e cuidados durante toda a sua vida (Fernandes, 2002; Goldsmid e Féres-Carneiro, 2007).

Ainda baseados na ordem de nascimento dos irmãos, Sutton-Smith e Rosenberg (1970, cit. por Kernberg e Richards, 1988) também encontraram diferenças significativas no carácter dos mesmos, como por exemplo as características de dependência, conformidade e filiação que os irmãos mais novos apresentam perante os mais velhos. Estes últimos envolvem-se, geralmente, em papéis de liderança, protecção e apoio, enquanto os mais novos tendem a

imitar e comportar-se como aprendizes, acabando por desenvolver precocemente algumas áreas (Kris & Ritvo, 1983; Howe & Recchia, 2011).

Relativamente ao género dos irmãos, Buhrmester and Furman (1990, cit. por Sinclair, 2010) encontraram evidências de que irmãos do mesmo sexo se sentem mais próximos do que irmãos de sexos opostos, sugerindo que estes têm uma maior influência no desenvolvimento das capacidades interpessoais dos mesmos. As raparigas têm uma percepção menos positiva do que é ter um irmão quando os seus irmãos são todos do sexo oposto, mas isto não acontece com os rapazes, pois mesmo só tendo irmãs, não consideram as suas relações menos positivas do que aqueles rapazes que têm pelo menos um irmão (Abbey & Dallos, 2004; Oliva & Arranz, 2005). Ainda, segundo Howe e Recchia (2011), as irmãs mais velhas tendem a envolver-se mais em papéis de cuidado, protecção e suporte do que os irmãos mais velhos.

Um período em que as relações entre irmãos podem ter uma particular importância é quando ocorre algum acontecimento angustiante e fora do “normal” no ciclo de vida dos jovens, como é o caso do processo de divórcio dos pais. Pfister (1924, cit. por Kernberg & Richards, 1988) acreditava que a qualidade da relação entre irmãos aumenta quando a relação com os pais é perturbadora, servindo os irmãos para complementar e compensar aquilo que está em falta no resto das relações familiares, como na interacção pais-filho. Assim, os irmãos podem servir como objecto de internalização da criança, funcionando como um antídoto para a introjecção patológica dos pais (Rosner, 1985).

### 3. UMA NOVA FORMA DE FAMÍLIA

O conceito de família pode ser percebido como uma organização complexa que exerce uma extrema influência sobre a construção da personalidade e comportamento do sujeito na sociedade. A família é o primeiro mundo da criança, sendo por isso também o mais significativo (Fernandes, 2003.) De uma perspectiva desenvolvimental as funções mais importantes das famílias são o cuidar e socializar os filhos. Quando se começou a estudar a socialização na família, os autores focavam-se exclusivamente na relação mãe-bebê, presumindo que a mãe e, apesar de em menor amplitude, o pai moldavam a conduta e personalidade da criança (Shaffer, 2005). Os investigadores da família moderna rejeitaram esta abordagem unidireccional e deram ênfase a uma visão mais compreensiva de “sistemas” semelhante à teoria de Brofenbrenner, em que a família é vista como uma unidade e conceptualizada como um sistema semelhante a um organismo vivo. Este organismo tem partes inter-relacionadas que se influenciam mutuamente, tem limites e mecanismos de *feedback* que mantêm o sistema em equilíbrio (Minuchin, 1988, cit. por Jacobs, 2006). Deste modo, considera-se que os pais influenciam os filhos, mas as crianças também influenciam o comportamento e as práticas parentais dos seus pais.

Segundo Schaffer (2005), a estruturação da família está associada ao momento histórico que a sociedade atravessa, e, por este motivo, a família contemporânea é caracterizada por uma variedade de padrões que manifestam as mudanças de valores e modelos tradicionais, trazendo vários desafios relativamente à nova dinâmica familiar (Brito, 2000). A partir dos anos 70, a família é cada vez mais conjugal ou nuclear, fundada quase sempre num casamento livremente consentido e orientado para a realização pessoal dos sujeitos com base em vínculos afectivos (Guerra, 2005). O modelo da família contemporânea visa a importância da qualidade das relações interpessoais da família nuclear (pai, mãe e filhos), cedendo a posição outrora autoritária dos pais para com os filhos, por uma postura mais centrada no diálogo e compreensão entre ambos (Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999, cit. por Seben, 2010).

Parece importante salientar que para além de um sistema complexo, a família é então um sistema dinâmico, em desenvolvimento, e a relação entre os membros da mesma pode mudar de forma a influenciar o desenvolvimento de cada um (Shaffer, 2005). Nas últimas décadas tem-se assistido a uma mudança significativa na constituição e estrutura familiar, dado que antigamente se esperava que a família permanecesse indissolúvel,

independentemente dos seus problemas e conflitos (Hack & Ramires, 2010). Mas, segundo Guerra (2005), apesar de alguma forma paradoxal, o casamento como uma escolha mais pessoal e com uma função mais afectiva, resulta também numa maior instabilidade e que devido à facilitação do divórcio pelo sistema jurídico é possível remediar, estando a separação conjugal cada vez mais implícita na ideia do casamento.

Segundo Hetherington e Kelly (2002), nos anos 60, nos Estados Unidos, quase 90% das crianças viviam a sua infância e adolescência com os dois pais biológicos casados, actualmente cerca de 60% das crianças já não vivem nestas condições. Em Portugal, no ano de 2002, 40% dos primeiros casamentos acabaram em divórcio, verificando-se em 2010 um aumento deste número, perfazendo um total de 27 556 divórcios ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)). O aumento das separações conjugais e posteriores re-casamentos, assim como a necessidade de inserção da mulher no campo de trabalho, introduziram alterações fulcrais nos papéis familiares básicos (Gomes & Paiva, 2003) e o divórcio trouxe uma nova configuração e organização à palavra família. Surpreendentemente, o aumento da taxa de separação conjugal contrasta com o reduzido número de pesquisas qualitativas sobre o tema (Brito, 2000), observando-se maioritariamente estudos quantitativos e comparativos com a tendência a atribuir um maior número de problemas aos filhos de pais divorciados.

Nos estudos realizados, comparativamente às crianças que tinham os pais casados, os filhos de pais divorciados apresentavam valores mais baixos nas conquistas académicas, adaptação psicológica, auto-conceito e relações sociais (Amato, 2001). Numa revisão de literatura sobre a década de 60 e 70, constatou-se que o divórcio era visto como um evento exclusivamente traumático partindo do princípio que a saída de casa por parte de um dos pais iria implicar várias consequências nocivas na criança (Hetherington & Kelly, 2002). Esta posição reflectia, em parte, a própria resistência da sociedade da época em aceitar que as famílias pudessem ter outra configuração e romper, assim, o mito da “família indestrutível”.

O divórcio é reconhecido como um rompimento no processo do ciclo de vida familiar, podendo afectar os vários membros da família (nuclear e alargada) como um todo e também cada sujeito que a compõe, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais que a família vivencia no momento (Carter & McGoldrick, 1995). Quando os pais se separam, as crianças ou adolescentes têm que enfrentar as diversas mudanças nas relações íntimas da família que são muitas vezes acompanhadas por uma imprevisibilidade e falta de informação e comunicação sobre o assunto, provocando um conjunto complexo de sentimentos (Sousa, 2000). Devido à crise provocada pela separação, à vida numa casa monoparental, aos novos

relacionamentos e possíveis re-casamentos dos pais e ao nascimento de meios-irmãos, o divórcio obriga a inúmeros ajustes na vida familiar. As crianças têm que aprender a lidar com as alterações na rotina de vida, com a saída de um dos pais da sua casa, com o facto de poderem vir a ter duas casas, com as mudanças da situação económica, com as discussões ou a difícil comunicação entre os pais e, ainda, com as mudanças que podem ocorrer nas próprias relações sociais e comportamentos da criança, tanto em casa como na escola (Ramires, 2004).

No período inicial da separação é mais comum aparecerem as dificuldades, preocupações e sintomas dos filhos. Com o divórcio, os filhos sentem-se confusos e têm que enfrentar o medo de se sentirem também “separados”, de perderem o contacto com uma das figuras parentais, originando uma tristeza e, também, uma irritação que se pode reflectir no rendimento escolar e nos problemas de adaptação e de relacionamento interpessoal (Jennings, 1998; Hack & Ramires, 2010). A capacidade de lidar com a separação dos pais vai depender da relação estabelecida entre a criança e os mesmos, e da distinção que é feita entre a função conjugal e a função parental (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007). Quando, por fim, as crianças ultrapassam a fase de adaptação, conseguem “separar-se” da situação de divórcio dos pais e compreender e organizar-se na sua nova dinâmica familiar (Jennings, 1998).

As pesquisas têm identificado a mãe como a principal responsável e detentora da guarda dos filhos após o divórcio, podendo o pai adoptar uma postura de não-residente e desenvolver uma relação de visitante, chegando a desapegar-se das tarefas de pai (Wagner & Suárez, 2010). Por vezes, os “pais de fim-de-semana” tentam agradar de todas as formas aos filhos que veem pouco, em vez de tentarem manter com eles uma convivência recorrente e com a necessária imposição de limites e regras (Guerra, 2005). Assim, com o processo de divórcio, parece existir na maior parte dos casos alguma alteração nas capacidades parentais, especialmente por parte do pai ou mãe que não vive com a criança, obrigando a mesma a se re-ajustar a este novo tipo de relação (Jacobs, 2006). Schwartz (1992, cit. por Ramires, 2004) destacou que o modo como as crianças e adolescentes percebem e encaram o divórcio dos pais depende de vários factores como a idade, o género, o nível de desenvolvimento cognitivo, a informação dada sobre a situação, o tipo de apego ou relação, a personalidade individual, o nível de conflito conjugal antes e depois da separação, a capacidade de resiliência e, também, a qualidade da rede de suporte e apoio (irmãos, avós, família alargada, terapeutas).

Como o estudo se centra na população pré-adolescente e feminina é preciso salientar a importância dos factores de idade e de género, pois a jovem não enfrenta unicamente a nova configuração da estrutura familiar, mas acrescenta também a esta crise que é a separação dos pais, a própria crise característica da entrada na adolescência. Deste modo, é preciso ter em conta com que idade é que os filhos vivenciam o processo de divórcio para percebermos a complexidade do processo e a representação que tem para as diversas crianças, pois diferentes percepções e fantasias geram também diferentes reacções (Noller, 2006). Hack e Ramires (2010) verificaram que as crianças entre os 5 e 6 anos viviam a separação como algo ameaçador e destrutivo e manifestavam um maior desejo de reunir novamente os pais. Já as crianças entre os 10 e 13 anos demonstravam uma maior aceitação na decisão dos pais, revelando ao mesmo tempo sentimentos de culpa relativamente ao pai que saiu de casa. Em relação ao género, Hines (2007, cit. por Hack & Ramires, 2010) afirma que as raparigas pré-adolescentes mostravam ser mais ajustadas social e academicamente do que os rapazes, sendo os últimos mais violentos e necessitando de um maior tempo de adaptação.

O vínculo que as crianças ou adolescentes estabelecem com os pais antes, durante e depois do divórcio é um importante factor de resiliência durante o processo do mesmo, sendo também fundamental a existência de uma capacidade da própria família de lidar com esta ruptura e reconstruir os seus laços afectivos (Hack & Ramires, 2010). Para Wagner e Suárez (2010), o processo complexo que caracteriza o divórcio deve mobilizar nos membros da família a elaboração de alguns ajustes internos, individuais e intra-familiares, e externos, extra-familiares. A separação dos pais implica algumas descontinuidades e rupturas no *holding* familiar, gerando sentimentos de perda e desamparo, mas esta concepção deve ser distinguida do modelo de *deficit* contido nas pesquisas iniciais sobre o divórcio. Os efeitos do divórcio não são necessariamente adversos (Hack & Ramires, 2010) e muitas crianças que se deslocam de uma situação familiar conflituosa para uma situação de maior harmonia mostram inclusive uma diminuição de problemas após a separação de seus pais (Carter e McGoldrick, 1995).

Apesar do sofrimento vivenciado pelos filhos durante o processo de divórcio, pode-se perceber através dos estudos realizados, que a maior parte dos jovens acaba por ver esta ruptura na vida familiar como positiva (Wagner Suárez, 2010). O divórcio pode ainda proporcionar uma experiência de crescimento, na medida em que os membros da família têm de desenvolver estratégias de adaptação nesta nova e complexa etapa (Carter e McGoldrick, 1995) Portanto, segundo Hack e Ramires (2010), não é possível estabelecer uma relação

linear de causa-efeito entre o divórcio e consequências negativas para as crianças, sendo importante compreender a complexidade e multiplicidade de factores que podem estar envolvidos e conduzir a diversos resultados, desde os mais adaptativos e integrados aos mais conflituosos e sintomáticos.

Assim, no processo de divórcio como em qualquer outro tipo de ruptura ou transição na vida do sujeito, é de esperar a presença de alguns sintomas ou desajustes temporários, sendo importante não adoptar uma postura de vitimização relativamente às crianças que vivenciam esta experiência (Ramires, 2004). Como já foi referido, apesar do sofrimento que o divórcio pode causar nos filhos, este nem sempre implicará consequências traumáticas e, por vezes, a tendência de vitimização das crianças gera fortes sentimentos de culpa nos pais, condutas de super-protecção e fragilização de limites que se podem eventualmente prejudicar o desenvolvimento da criança.

Entre outros autores, Goldstein et al. (1979, cit. por Colonna & Newman, 1983) salientam a necessidade de evitar a separação de irmãos em situações de tribunal, como é o caso do divórcio, pois as crianças criadas juntas têm um contexto e uma experiência comum que é normalmente caracterizada por companheirismo e apoio mútuo em tempos difíceis. Ao ficarem juntos, permite às crianças um suporte que facilita a separação traumática da família, fornecendo um sentimento de comunidade que se mantém e os fortalece para saberem lidar melhor com ameaças futuras.

#### 4. OS “IRMÃOS DO DIVÓRCIO”

O processo de divórcio, como já foi referido no capítulo anterior, é responsável pela alteração dos laços familiares, pois ao mesmo tempo que os pais terminam o seu casamento, a relação entre pais-filhos também sofre modificações. A deterioração da relação pode-se verificar tanto com o pai/mãe que já não vive na mesma casa que as crianças e não passa muito tempo de qualidade com as mesmas (Amato, 2001), como com o pai/mãe que fica com a custódia e está a passar por uma crise pessoal, devido ao divórcio, não conseguindo por muitas vezes prover o apoio necessário aos filhos (Astone & McLanahan, 1991). Assim, a separação dos pais pode causar muita ansiedade na criança, tanto pela perda de recursos financeiros, dado que muitas vezes a situação económica piora com o divórcio (Homem, Canavarró & Freitas, 2009), como pela perda do suporte e apoio emocional de ambos os pais.

Contudo, parece importante salientar que não são só as ligações entre o casal ou entre pais-filhos que podem sofrer modificações com a separação conjugal. A literatura sobre o divórcio não tem prestado muita atenção ao efeito que o mesmo pode ter na relação entre irmãos (Jacobs, 2006). Segundo Abbey e Dallos (2004), o impacto que o divórcio dos pais tem sobre a qualidade da relação entre irmãos é difícil de discernir, pois o divórcio parece intensificar a relação em vez de a modificar. Ou seja, os irmãos que eram próximos antes da separação dos pais parecem ficar ainda mais próximos, e, inversamente, a existência prévia de uma relação negativa entre irmãos pode intensificar-se com o divórcio.

Vários estudos têm vindo a discutir de que forma o stress resultante do conflito entre os pais e, também, a conseqüente perda dos recursos económicos e emocionais, pode afectar as crianças. Estas podem compensar a ansiedade desenvolvendo uma relação mais próxima, de maior apoio e conforto com os irmãos, podendo perceber-se este movimento como forma de compensação (Bank & Kahn, 1997), ou, pelo contrário, transferir para os irmãos a agressividade e hostilidade sentida na relação dos pais (Bank & Kahn, 1997; Shumaker, Miller & Ortiz, 2011). A hipótese de congruência propõe que se o casal tem uma boa relação, estes terão uma relação positiva com os seus filhos e, por último, existirá, também, um melhor relacionamento entre irmãos. Por outro lado, a hipótese de compensação propõe uma relação inversa, afirmando que se as relações diádicas, por exemplo entre o casal, são conflituosas as relações entre irmãos tendem a ser particularmente próximas e de apoio (Noller, 2005).

A família é usualmente conceptualizada como um sistema constituído por vários subsistemas, o conjugal, o de pai-filho e o fraterno, que interagem e se influenciam mutuamente, podendo a mudança num dos subsistemas reflectir-se no outro (Kris & Ritvo,

1983; Sinclair, 2010). No sistema familiar pode-se identificar interações intra-subsistêmicas, as que ocorrem entre o casal ou entre os irmãos, e interações inter-subsistêmicas, aquelas que se dão entre estes dois subsistemas (Oliva & Arranz, 2005). Do ponto de vista da teoria de vinculação de Bowlby, faz sentido supor que os modelos representacionais, construídos com base na relação das crianças com os seus pais, têm uma influência significativa sobre os outros relacionamentos, como o dos irmãos ou pares. Assim, o estabelecimento de uma relação segura com os pais pode indicar uma maior probabilidade de criar relações seguras e positivas com outros sujeitos (Fernandes, 2002; Oliva & Arranz, 2005).

Para a teoria da aprendizagem social, existe uma congruência entre as relações que pode ser explicada pelas competências sociais, pois as crianças aprendem como modelo uma relação, geralmente a relação com os pais, generalizando o mesmo para outras relações (Jennings, 1998; Oliva & Arranz, 2005). E, assim, quando os pais são hostis um para com o outro, como acontece na maioria dos casais divorciados, os filhos podem perpetuar esta hostilidade para a relação entre irmãos (Jacobs, 2006). Stocker e Youngblade (1999, cit. por Sinclair, 2010) afirmaram que à medida que o conflito conjugal aumenta a relação entre irmãos fica menos calorosa, tendo vários estudos proposto esta semelhança entre a relação que a criança tem com os pais e a que tem com os irmãos (Dunn et al., 1994). Com base nestes estudos, pode-se concluir que a qualidade da relação entre e dentro destes dois subsistemas está intimamente ligada, parecendo improvável que o conflito entre pais e filhos permita a existência de uma boa relação entre irmãos (Dunn, 2000). Estas abordagens apontam claramente para uma teoria de congruência das relações inter-sistêmicas.

Contudo, Dunn et al. (1994) apoiam uma possível teoria da compensação, verificando que as crianças que tinham relações negativas com os irmãos em contrapartida desenvolviam interações positivas com os pares ou vice-versa. Em 1992, num estudo realizado por East and Rock, descobriu-se que os adolescentes mais isolados na escola, com menos amigos, percebiam a relação com os seus irmãos como mais positiva (Oliva & Arranz, 2005). Outros estudos sugeriram ainda este padrão compensatório para as relações entre pais-filhos, afirmando que quando a criança experiencia uma relação negativa com os pais, pode desenvolver uma relação mais próxima com os irmãos (Bank & Kahn, 1980) compensando, assim, a falta de suporte dos outros membros da família.

Ainda, num estudo realizado com estudantes universitários encontraram-se evidências de que os irmãos eram muitas vezes classificados como provedores de conforto e segurança, sugerindo que as relações entre irmãos podem servir as funções críticas das figuras de vinculação (Feeney e Humphreys, 1996, cit. por Noller, 2005).

Ao ter em conta a teoria sistémica, a relação entre pais-adolescentes influencia a resolução de conflitos conjugais ou entre irmãos, sugerindo, assim, que os conflitos parentais podem, por exemplo, mediar a resolução de conflitos em outros subsistemas. Deste modo, algumas relações positivas dentro destes subsistemas familiares podem, também, oferecer alguma protecção contra os efeitos negativos dos conflitos frequentes e intensos nouro subsistema da família (Sinclair, 2010).

O impacto que os acontecimentos familiares stressantes, como a discórdia conjugal ou o divórcio podem ter na adaptação da criança tem sido bem fundamentado ao longo dos anos e associado a futuros problemas emocionais e comportamentais da criança (Gass, Jenkins & Dunn, 2007). Assim, a relação entre irmãos poderia desempenhar um papel importante como suporte do equilíbrio familiar em situações de crise, tais como doenças, mortes ou separação dos pais. Se as figuras parentais são deficitárias ou se encontram em conflito, os irmãos podem constituir um importante objecto de identificação e uma rede de apoio uns para os outros (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007). Noller e Fitzpatrick (1993, cit. por Jacobs, 2006) sugeriram que ao ultrapassar juntos o divórcio dos pais, a ligação entre irmãos torna-se mais forte pois esta é a única relação na família nuclear que se pode manter intacta durante este processo. As crianças sentem-se confortadas ao saberem que existe alguém que consegue perceber e relacionar-se com a sua experiência, permitindo não se sentindo sozinhas e terem alguma fonte de apoio e conforto (Abbey & Dallos, 2004; Jacobs, 2006).

Ao tentarem conciliar as suas novas responsabilidades, a carga de trabalho e tensão física e emocional, os pais podem tornar-se distantes e exaustos e deixarem de cumprir algumas das suas funções parentais, o que pode resultar em alterações significativas na relação entre irmãos. Em vários estudos, os adolescentes afirmam que foi mais fácil superar este período de mudança com a ajuda de um irmão, especialmente quando os pais não se mostram muito disponíveis ou envolvidos na relação pai-filho (Fernandes, 2002; Jacobs, 2006).

Segundo Poortman e Voorpostel (2008), o conflito entre os pais influencia muito mais a relação entre irmãos do que o divórcio por si só. Caya e Liem (1998, cit. por Sinclair, 2010) afirmaram que o apoio positivo entre irmãos em casas com altos níveis de conflito conjugal serve de “amortecedor”, protegendo a criança dos efeitos negativos desses mesmos conflitos. Também Vandell e Bailey (1992, cit. por Sinclair, 2010), através de um dos seus estudos, afirmaram que em casas com um nível elevado de conflito, os irmãos tinham uma relação mais positiva e uma maior proximidade, associada a uma maior capacidade de lidar com conflitos de uma forma mais construtiva. Evidências demonstraram que durante períodos de

conflito entre os pais, as crianças procuram conforto e apoio nos irmãos, sugerindo que em casas com altos níveis de stress e conflito a relação entre irmãos se torna mais íntima, de maior cooperação e protecção, aliviando um pouco o clima de casa (Noller, 2005; Gass, Jenkins & Dunn, 2007). Surpreendentemente, estes efeitos positivos podem vir apenas da mera percepção da existência de apoio disponível quer esses recursos sejam ou não utilizados, pois as crianças parecem sentir-se confortáveis apenas com a ideia de que o suporte que precisam está lá se elas necessitarem do mesmo (Burlison & MacGeorge, 2002, cit. por Jacobs, 2006). Alguns estudos também demonstraram que crianças com irmãos mais velhos mostram menos problemas de adaptação associados a experiências de vida stressantes e sugeriram que o suporte e apoio dos irmãos está relacionado com a adaptação dos pré-adolescentes, parecendo este servir como factor protector e, de alguma forma, compensador para a falta de suporte materno (Milevsky & Levitt, 2005). Ainda, segundo Gardner e Cutrona (2004), as crianças que sentem ter o apoio dos irmãos, apresentam também menos probabilidade de se deprimirem, têm uma maior auto-estima e demonstram menos delinquência.

Os irmãos têm geralmente um equilíbrio de poder na sua relação, mas quando os pais não satisfazem as necessidades da criança, um irmão pode assumir e preencher o papel do adulto (Gardner & Cutrona, 2004). Noller (2005) observou que os irmãos mais velhos de pais divorciados tendem a preocupar-se demasiado e a assumir um papel parental perante os irmãos mais novos, acabando estes por se sentir ofendidos perante este tratamento “especial” por parte dos irmãos e podendo criar alguns conflitos. Mas, contrariamente ao suporte emocional que torna a relação mais próxima, a vigilância e papel de cuidador nem sempre tem um impacto positivo. Num estudo comparativo, as crianças cujos pais estavam separados apresentavam maioritariamente uma relação de afecto intenso, ou seja, elevada tanto em hostilidade como em amor. Esta ambivalência entre carinho e conflito pode ser explicada pela atitude e comportamento protector que os irmãos mais velhos adoptam mas que é, por vezes, sentida como uma forma de controlo exagerado pelos irmãos mais novos (Noller, 2005). Isto sugere uma maior complexidade do que a hipótese de compensação, pois os irmãos mais velhos ao assumirem um papel de cuidador para tentar compensar a falta da presença dos pais, podem introduzir mais conflito na relação entre irmãos porque os mais novos ressentem este tipo de controlo. Assim, os irmãos neste contexto podem tornar-se mais próximos mas também mais conflituosos (Noller, 2005), sendo possível que o conflito e o apoio ocorram simultaneamente (Jacobs, 2006).

Contudo, e apesar de alguns aspectos controversos, é fundamental salientar que ao estudar o impacto do divórcio na relação entre irmãos, um dos principais resultados encontrados nos estudos é o aumento indiscutível da intimidade e apego que pode ocorrer durante esta situação da vida familiar (Abbey & Dallos, 2004).

### **III. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E OBJECTIVO DO ESTUDO**

Na sociedade ocidental aproximadamente 80% dos jovens têm pelo menos um irmão, e apesar desta experiência não ser fundamental para o desenvolvimento pessoal normal do sujeito, quem tem um irmão é, sem dúvida, profundamente influenciado pela relação que estabelece com o mesmo (Howe & Recchia, 2011). É na fratria que a criança aprende a lidar com os pares, a formar amizades, a descobrir a cumplicidade, a proximidade, o apoio e a cooperação, mas também a administrar a sua agressividade e a viver experiências de rivalidade (Fernandes, 2002). Segundo Bank e Kahn (1980), alguns estudos sugerem poderosas reacções positivas à influência que um irmão tem no outro ao longo do ciclo de vida, chegando mesmo a pensar-se que, por vezes, os irmãos podem ser mais influentes no desenvolvimento do sujeito do que os próprios pais.

Um período em que as relações entre irmãos podem ter uma particular importância é durante o processo de divórcio dos pais. Segundo Gass, Jenkins e Dunn (2007) são escassos os estudos que se dedicam a explorar o factor protector que as relações positivas entre irmãos podem oferecer aos jovens durante este tempo de stress.

Ainda, o papel dos irmãos durante o período de latência e da adolescência foi pouco estudado (Colonna & Newman, 1983; Fernandes 2002), o que torna a escolha da população pré-adolescente indicada para a presente investigação. Assim, o problema desta investigação centra-se no impacto que o divórcio dos pais pode causar na relação entre irmãos, tentando perceber se com a situação do divórcio esta se torna mais hostil, ou se pelo contrário, e como resultado esperado, a relação é de maior e mais positivo envolvimento.

O objectivo geral é o de comparar a relação entre irmãos filhos de pais divorciados com a relação entre irmãos filhos de pais casados, centrando-se os objectivos específicos em:

- 1) averiguar e comparar o grau de envolvimento afectivo total (maior e menor) da relação entre irmãos das pré-adolescentes filhas de pais casados com o das filhas de pais divorciados
- 2) conhecer e comparar como é que as pré-adolescente de pais casados e de pais divorciados percebem a qualidade do afecto (positivo, negativo ou ambivalente) investido nas relações fraternas;

- 3) compreender esta qualidade de afecto entre as pré-adolescentes e os seus irmãos, relativamente à direcção do investimento do mesmo (sentimentos investidos pelas pré-adolescentes - Outgoing Feelings, ou sentimentos que a pré-adolescente sente serem dirigidos a si - Incoming Feelings), de forma a compreender também qual a maior fonte e o maior alvo de amor e de hostilidade destas jovens;

## **IV. MÉTODO**

### **DELINEAMENTO**

Com base na revisão de literatura, a abordagem da investigação visou atender ao objectivo da pesquisa e perceber em termos afectivos e atitudinais (conscientes ou inconscientes) o envolvimento total, a qualidade e direcção dos sentimentos das relações familiares, em especial das relações entre irmãos, tal como são percebidas pelas pré-adolescentes. Através de um estudo comparativo, pretende-se de uma forma compreensiva perceber se as raparigas pré-adolescentes expostas ao divórcio dos pais têm uma relação de maior e mais positivo envolvimento afectivo com os seus irmãos, do que as raparigas pré-adolescentes cujos pais se encontram casados.

Assim, a abordagem metodológica adoptada na investigação foi qualitativa e semi-projectiva, pois o interesse centrou-se na busca de significados e para estudar o problema pareceu importante o apoio de um procedimento essencialmente construtivo e interpretativo. A metodologia projectiva, dotada de parâmetros de análise centrados no paradigma psicanalítico, oferece a possibilidade de integração das características psicométricas e de validação de que dispõe, com modelos teóricos definidos que se ligam ao que é expresso como resultado, enriquecendo as capacidades interpretativas e de análise, dando novos sentidos e novas significações ao estático e mensurável. O recurso a este método e metodologia em particular, teve como propósito aceder, de uma forma simples, aos processos que ocorrem no sujeito e as relações familiares que este estabelece (Marques, 1999), especialmente a relação entre irmãos.

### **PARTICIPANTES**

A amostra é constituída por 22 raparigas pré-adolescentes (11 com pais divorciados há pelo menos mais de um ano e 11 com pais casados), de uma população não-clínica, com 12 anos de idade e que têm um/uma irmão/irmã mais velho/a e um/uma irmã mais novo/a. As raparigas frequentam um colégio privado e religioso em Lisboa, sendo também importante referir que pertencem todas a um estrato social médio-alto. As raparigas filhas de pais divorciados vivem actualmente com a mãe, mas mantém um contacto pelo menos quinzenal com o pai.

## **INSTRUMENTO**

Será utilizado o Family Relations Test- revised (FRT-r), a forma dos 7 aos 15 anos, para aceder à experiência subjectiva das relações do pré-adolescente com a sua família, mais especificamente com os irmãos. O teste evidencia os pensamentos, sentimentos e emoções, negativos e positivos, que a criança tem relativamente a cada figura da família (pais, irmãos, avós, entre outros), sendo possível perceber a dinâmica da mesma. Este teste foi inicialmente publicado pela psicóloga Eva Bene e o psiquiatra James Anthony em 1957, como uma técnica para a avaliação objectiva das relações da criança com a família.

Devido à crescente utilização deste instrumento, os autores pensaram ser importante modificar alguns itens tornando-os mais universais para abranger as diferenças culturais. Assim, o FRT foi revisto pelos mesmos autores em 1978 e novamente em 1985, versão utilizada na presente investigação: Family Relations Test (FRT-revised) (Bene & Anthony, 1985).

Através da utilização de um método semi-projectivo, este teste permite avaliar os aspectos emocionais das relações familiares do ponto de vista da criança, através de um contexto lúdico e não intrusivo (Bene & Anthony, 1985). Assim, como teste projectivo, o FRT tenta fornecer uma forma estruturada de capturar essas perspectivas da criança, mas com um esforço interpretativo em vez de um instrumento psicométrico padronizado (Semeonoff, 1976, cit. por Griffin, 2005).

A prova permite, assim, aceder às relações familiares percebidas pela criança em várias dimensões:

- 1) o envolvimento/investimento afectivo total da criança em relação a cada elemento, incluindo em relação a si próprio;
- 2) a qualidade do afecto (positivo, negativo ou ambivalente) atribuído às diversas relações familiares e a si próprio;

- 3) a direcção dos afectos em relação a cada membro da família (os afectos que são investidos pela criança e dirigidos aos outros, e os afectos que a criança sente que os outros investem em si)
- 4) a dependência (sobreprotecção materna, e indulgência materna e paterna);
- 5) o grau de desinibição/inibição da afectividade (escala de 1-5 pontos);
- 6) alguns mecanismos de defesa que a criança utiliza para gerir o conteúdo afectivo dos itens e a sua associação com as figuras da família (Bene & Anthony, 1985).

O FRT-r é constituído por 21 figuras de cartão, cada uma delas com uma caixa anexa, que representam elementos de ambos os sexos, de diversas idades e diferentes aparências, cabendo à criança escolher as personagens que representam os elementos da sua família, incluindo a si própria. Uma das figuras está voltada de costas e é designada por “Sr. Ninguém”, que tem como função ser o contentor das mensagens que a criança sente que não dizem respeito nem a si mesma nem a nenhum dos elementos da sua família (Bene & Anthony, 1985).

Existem ainda dois conjuntos de cartões com frases (dos 3-7 anos e dos 7-15 anos, aplicados consoante a idade da criança), sendo que a forma utilizada para a amostra pré-adolescente comporta um total de 86 mensagens breves (Anexo II) com conteúdos afectivos. Destes, 68 são itens/mensagens positivas e negativas, moderados (afectuosos ou de desagrado) ou intensos (erotizados ou agressivos), sendo que 36 são afectos investidos pela criança nos elementos da sua família, e 32 são afectos que a criança sente que recebe dos vários membros da família. Os restantes 18 itens, apesar de não terem sido considerados para a análise de resultados desta investigação pois não se prendiam com o objectivo principal da mesma, procuram estudar a dependência, ou seja, a super-protecção materna, e a excessiva indulgência materna e paterna.

Assim, a *valência* de cada cartão pode ser positiva (“Esta pessoa da família é muito simpática”) ou negativa (“Esta pessoa da família nunca está satisfeita”). A *força* destes exemplos é fraca ou leve, mas também existem frases mais fortes ou pesadas, como “Às vezes odeio esta pessoa da minha família”. Relativamente à *direcção*, as frases podem representar sentimentos vindos da criança e direccionados para outra pessoa (“Eu gosto de abraçar esta

pessoa da minha família”) ou, ao contrário, vindos de um elemento da família e direccionados para a criança (“Esta pessoa da minha família é má para mim”).

A situação de teste inicia-se com o estabelecimento da relação entre a criança e o experimentador, com o intuito de constituir um ambiente mais securizante e tranquilo, que facilite a expressão emocional da criança, e a cooperação com o experimentador. Durante este período são feitas algumas perguntas no sentido da caracterização do actual agregado familiar (“Diz-me, quem é que vive contigo lá em casa?”), da família (“Quem são as pessoas da tua família? Como se chamam e que idade têm?”), e de outros dados relevantes que possam surgir acerca do contexto familiar (divorcio, mortes, separações...). Depois a criança é convidada a escolher das 20 figuras expostas, quais as que representam a sua família (“Vês estas figuras que estão aqui? Imagina que algumas delas vão representar a tua família, quem é que tu achas que poderia fazer de mãe, e de pai, e dos teus irmãos, e de ti?”).

Seguidamente, é apresentado o Sr. Ninguém à criança, e é explicado que deve atribuir cada um dos cartões ao membro da família a quem mais se adequa a frase do mesmo, e quando a frase do cartão não descrever ou não for destinada a ninguém em particular, a criança deve colocar o cartão no Sr. Ninguém e se, pelo contrário, a frase descrever várias pessoas, o cartão deve ser entregue ao aplicador do teste. Essas respostas devem ser assinaladas na folha de registo (Anexo III) com os vários elementos a quem a jovem destina a mensagem.

É importante salientar que o experimentador pode ler as mensagens ou, quando a criança já lê bem, permitir que seja a própria a ler as mesmas, mas é sempre o aplicador que escolhe a ordem das mensagens. A sequência deve ser ao acaso, à excepção do início e fim da prova, que deverá ter sempre mensagens positivas, tendo-se também em atenção que durante a aplicação, um tipo de afecto não se poderá repetir mais do que três vezes seguidas. Este cuidado tem como intuito evitar a acumulação de excessiva resistência, ansiedade e culpabilidade por parte da criança, assegurando que a tarefa se inicia e termina com um pendor afectivo positivo (Bene & Anthony, 1985).

O FRT é aplicado individualmente e tem uma duração de aproximadamente 25 minutos.

Em relação à interpretação dos resultados, o FRT permite conhecer a quantidade e qualidade (Bene & Anthony, 1985):

- 1) do envolvimento emocional total com cada uma das figuras (dado pela soma do total de itens atribuídos a cada figura), que pode ser positivo, negativo, ou ambivalente (quando a soma dos itens positivos é igual ou inferior ao dobro dos itens negativos, e vice-versa);
- 2) das respostas auto-atribuídas ou “egocêntricas”, quer sejam de auto-estima (sentimentos positivos atribuídos ao próprio) ou de auto-depreciação (sentimentos negativos atribuídos ao próprio), evidenciando uma preocupação do sujeito consigo próprio;
- 3) da discrepância entre os sentimentos emitidos pela criança em relação aos objectos de amor, e os que sente que lhe são dirigidos, tal como o equilíbrio entre sentimentos positivos e negativos ;
- 4) dos mecanismos de defesa activados, como a negação (traduzida pelo maior numero de itens positivos e negativos colocados no Sr. Ninguém), a idealização (decorrente de uma atribuição exagerada de itens positivos aos elementos da família por oposição a uma oposição massiva dos itens negativos ao Sr. Ninguém), e o deslocamento (manifestado por uma dispersão dos itens pelas figuras periféricas, com reduzido investimento das figuras centrais e do próprio sujeito);
- 5) do grau de inibição/desinibição, definido segundo uma escala de 5 pontos que vai da forte inibição (nível 1) até à forte desinibição (nível 5), passando pela inibição moderada (nível 2), pouca inibição (nível 3) e desinibição moderada (nível 4). Recorre-se a duas escalas distintas: a escala de inibição positiva (dos afectos positivos), e a escala de inibição negativa (dos afectos negativos);
- 6) da dependência, avaliada pela atribuição feita dos itens de dependência (forma para crianças até aos 7 anos), e dos itens de sobreprotecção materna e sobre-indulgência paterna e materna (forma para crianças dos 7 aos 15 anos).

## **PROCEDIMENTO**

Foi primeiramente estabelecido o contacto e dada toda a informação necessária sobre o estudo a uma mãe de uma rapariga pré-adolescente, que desde logo se disponibilizou com agrado para contactar outros pais e pedir a colaboração das suas filhas. Foi apresentado aos

mesmos um Consentimento Informado (Anexo I) com as características e objectivos do estudo, no sentido de pedir autorização aos encarregados de educação para a participação das pré-adolescente na investigação. Após o contacto com os pais das pré-adolescentes, foi agendada a recolha de dados com dois grupos de jovens em dois dias distintos e realizada na casa da mesma mãe, que se prontificou a organizar um pequeno encontro para ser possível a aplicação do teste. Esta foi feita individualmente, num ambiente calmo e confortável, numa sala à parte da mesma casa, o que constitui uma experiência muito interessante e satisfatória porque as crianças estavam habituadas a frequentar o local e, apesar de estarem a realizar o instrumento perante um estranho, sentiam-se num ambiente mais familiar e acolhedor. A recolha correu conforme o planeado, o teste foi de fácil aplicação e as participantes aderiram muito bem à prova, não tendo sido necessário a interrupção de nenhum teste ou a utilização de um procedimento fora do comum para tranquilizar as jovens.

Depois de aplicado o Family Relations Test-r, foram contados e trabalhados os itens para cada categoria e, posteriormente, inseridos numa tabela ilustrativa fornecida pela prova (Anexo IV), de forma a facilitar a análise e interpretação quantitativa e qualitativa dos resultados. Como o estudo é de carácter comparativo, e segundo o manual do teste, pareceu pertinente a construção de um quadro para cada categoria da prova, para que fosse mais fácil ilustrar e comparar os dois grupos da amostra.

## V. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Em primeiro lugar, é visível a diferença entre as respostas dos dois grupos distintos da amostra relativamente ao **envolvimento afectivo total (Quadro 1)**, ou seja, a figura com a qual as pré-adolescentes percebem, consciente e inconscientemente, ter um maior ou menor envolvimento afectivo. Nas **pré-adolescentes cujos pais se encontram casados**, o **Sr. Ninguém** e, logo de seguida, a **mãe**, são as personagens às quais foram atribuídos o maior número de itens ou respostas, sejam estas positivas ou negativas, enquanto no grupo das **pré-adolescentes com os pais divorciados**, o elemento cujas raparigas demonstram um maior envolvimento afectivo é o seu **irmão mais novo**. Este é a **figura privilegiada e de maior envolvimento afectivo nas filhas de pais divorciados**, sendo indispensável salientar a notável diferença no envolvimento com o mesmo nas filhas de pais casados, como era esperado nesta investigação. É também importante ter em conta que em ambos os grupos, ao contrário do que acontece com a personagem da mãe, o pai não aparece como uma figura de maior envolvimento afectivo, não parecendo revelar-se muito significativo na vida das jovens.

Os dados do **Quadro 1** podem, também, demonstrar que nas famílias em que os pais estão **casados**, parece existir um maior uso do mecanismo de defesa de **negação** por parte das filhas, ao verificar-se a atribuição de um grande número de respostas à figura do Sr. Ninguém. Esta situação talvez se deva ao medo de expressar os verdadeiros sentimentos, atitudes e afectos dirigidos, particularmente os negativos, aos elementos da sua família, levando estas pré-adolescentes a preferir atribuir as frases a “ninguém” de forma a não expor a relação afectiva que têm com alguns dos seus familiares.

### QUADRO 1: Maior Envolvimento Total

Pré-adolescentes filhas de Pais Casados    Pré-adolescentes filhas de Pais Divorciados

<b>Figuras</b>	<b>N</b>	<b>Figuras</b>	<b>N</b>
Mãe	4	Mãe	3
Pai	0	Pai	0
Irmão >	1	Irmão >	1
Irmão <	0	Irmão <	<b>5</b>
Sr.	<b>6</b>	Sr.	2
Ninguém		Ninguém	

Eu	0	Eu	0
<u>Total</u>	<u>11</u>	<u>Total</u>	<u>11</u>

Em ambos os grupos, as jovens não parecem dirigir muitos itens a si mesmas, não apresentando muitas respostas egocêntricas. Nas filhas de pais casados, apesar de o **menor envolvimento (Quadro 2)** ser maioritariamente atribuído a **si mesmas**, também é possível verificar que o **irmão mais velho** é considerado pelas jovens como uma figura de menor envolvimento. Contrariamente, no grupo das **filhas de pais divorciados, nenhum dos irmãos aparece como figura de pouco envolvimento**, o que vem corroborar o que se verifica no Quadro 1. Estas jovens parecem atribuir **menos itens não só si mesmas**, mas também ao **Sr. Ninguém** e ao **pai**. Contrariamente ao grupo das filhas de pais casados, em que o Sr. Ninguém é alvo de inúmeras respostas, principalmente negativas, estas pré-adolescentes não parecem necessitar de utilizar tanto este elemento sob forma de evitamento da expressão do seu relacionamento com os membros da família. É, ainda, importante salientar que o pai destas jovens ao aparecer como uma figura de pouco envolvimento afectivo e vinculação, vai ao encontro do que foi estudado na literatura, visto que com a situação do divórcio é habitual que o pai se afaste não só física, mas também emocionalmente dos filhos.

## QUADRO 2: Menor Envolvimento Total

Pré-adolescentes filhas de Pais Casados    Pré-adolescentes filhas de Pais Divorciados

Figuras	N	Figuras	N
Mãe	0	Mãe	0
Pai	0	Pai	3
Irmão >	3	Irmão >	0
Irmão <	0	Irmão <	0
Sr. Ninguém	0	Sr. Ninguém	4
Eu	8	Eu	4
<u>Total</u>	<u>11</u>	<u>Total</u>	<u>11</u>

Tendo em conta a diferença da **qualidade** e a **direcção** dos itens que são investidos, é importante estudar para além do envolvimento afectivo total. Quanto aos **sentimentos principalmente positivos dirigidos** pelas jovens aos outros membros da família, pode-se perceber que nas **filhas de pais casados** a **mãe** é a figura a quem as raparigas maioritariamente dirigem e investem mais afectos positivos, enquanto no grupo das **filhas de pais divorciados**, é ao **irmão mais novo** que estes sentimentos são atribuídos. Estes dados vêm comprovar de alguma maneira o que foi estudado na literatura e o que se esperava como resultado desta investigação, que as jovens filhas de pais divorciados apresentam uma relação privilegiada com os irmãos, especialmente com os mais novos, o que não se verifica nas filhas de pais casados. Assim, comparativamente às jovens cujos pais estão divorciados, um maior número de filhas de pais casados parecem ter uma relação mais positiva com as suas mães do que com qualquer outra figura da família. De alguma forma, apesar de também atribuírem sentimentos positivos à mãe, as filhas de pais divorciados parecem procurar os **irmãos como figuras substitutas, investindo nos mesmos mais afectos positivos**. Relativamente ao pai, no grupo dos pais casados este aparece como a segunda figura mais significativa a quem as jovens dirigem maioritariamente sentimentos positivos, mas o mesmo não se verifica no grupo das jovens de pais divorciados.

### **QUADRO 3: Sentimentos principalmente positivos investidos pelas jovens aos outros elementos da família (Outgoing Positive)**

Pré-adolescentes filhas de Pais Casados    Pré-adolescentes filhas de Pais Divorciados

<b>Figuras</b>	<b>N</b>	<b>Figuras</b>	<b>N</b>
Mãe	<b>8</b>	Mãe	3
Pai	2	Pai	0
Irmão >	0	Irmão >	2
Irmão <	1	Irmão <	<b>6</b>
Sr.	0	Sr.	0
Ninguém		Ninguém	
Eu	0	Eu	0
<u>Total</u>	<u>11</u>	<u>Total</u>	<u>11</u>

Relativamente aos **sentimentos principalmente negativos dirigidos** pelas jovens aos outros membros da família, verifica-se que a maioria das **raparigas dos dois grupos** dirige-os ao **Sr. Ninguém**, o que pode apontar mais uma vez para o uso da negação. O recurso a este mecanismo de defesa pode dever-se à culpabilidade sentida por terem em si sentimentos negativos que dirigem ou poderiam dirigir a outro elemento, sendo mais fácil e suportável negar os mesmos através da personagem do Sr. Ninguém. Em ambos os grupos, os irmãos mais novos, juntamente com a mãe, parecem ser as figuras a quem as jovens atribuem menos afectos negativos. Por último, em relação ao **pai**, é evidente que para as **filhas de pais divorciados** este é tido como um **elemento alvo dos sentimentos negativos** destas jovens, permitindo perceber o descontentamento para com estas figuras e o reconhecimento da necessidade de “atacá-las” de alguma forma. É curioso que em ambos os grupos são distribuídos, apesar de com um “peso” diferente, pelas mesmas figuras estes afectos maioritariamente negativos.

**QUADRO 4: Sentimentos principalmente negativos investidos pelas jovens aos outros elementos da família (Outgoing Negative)**

Pré-adolescentes filhas de Pais Casados    Pré-adolescentes filhas de Pais Divorciados

<b>Figuras</b>	<b>N</b>	<b>Figuras</b>	<b>N</b>
Mãe	0	Mãe	0
Pai	1	Pai	<b>4</b>
Irmão >	2	Irmão >	1
Irmão <	0	Irmão <	0
Sr. Ninguém	<b>8</b>	Sr. Ninguém	<b>6</b>
Eu	0	Eu	0
<u>Total</u>	<u>11</u>	<u>Total</u>	<u>11</u>

Os **sentimentos, positivos (Quadro 5) ou negativos (Quadro 6)**, que as jovens **sentem receber** dos membros da sua família vão depender de como é que é vivida a

experiência dos mesmos, podendo existir duas realidades para esta categoria. Enquanto a primeira tem a ver com a realidade exterior, com emoções e sentimentos que realmente os elementos investem e transmitem à criança, a segunda diz respeito à realidade interna, tanto pela experiência subjectiva que é percebida pela jovem, como pela utilização de defesas para a sua vivência ser tal como ela desejaria que fosse. Esta última é aquela que nos interessa e se consegue estudar verdadeiramente nesta prova.

Relativamente aos **sentimentos positivos**, no grupo das **filhas de pais casados**, uma grande maioria das jovens sente que é essencialmente da **mãe** que recebem o afecto positivo, o que sugere, ao olharmos para o Quadro 3, que as jovens sentem que os seus sentimentos positivos relativamente à mãe são **recíprocos**. Apesar de uma forma menos saliente, a reciprocidade também se pode verificar em relação à figura do pai. No grupo das **pré-adolescentes com os pais divorciados**, também se pode afirmar que não existe muita discrepância entre afectos positivos que a mãe recebe e dá, mas é o **irmão mais velho** que é sentido como a figura que provém maioritariamente os mesmos. O irmão mais velho aparece como o elemento da família que investe mais as suas atitudes e afectos positivos nestas jovens, o que vai ao encontro, mais uma vez, da literatura. É importante comparar novamente estes resultados com os dados do Quadro 3, pois consegue-se perceber que as jovens sentem que recebem **mais sentimentos positivos dos irmãos mais velhos**, mas é **aos mais novos que estas mais dão** e dirigem os seus **afectos positivos**. Deste modo, parece que nestas famílias o irmão mais velho, sejam as próprias ou não, assume um papel de vinculação e protecção, quase parental, aparecendo como figura de carinho que fornece apoio e suporte aos irmãos mais novos.

#### **QUADRO 5: Sentimentos principalmente positivos dirigidos às jovens pelos elementos da família (Incoming Positive)**

<u>Pré-adolescentes filhas de Pais Casados</u>		<u>Pré-adolescentes filhas de Pais Divorciados</u>	
<b>Figuras</b>	<b>N</b>	<b>Figuras</b>	<b>N</b>
Mãe	<b>9</b>	Mãe	<b>4</b>
Pai	2	Pai	0
Irmão >	0	Irmão >	<b>5</b>
Irmão <	0	Irmão <	2

Sr.	0	Sr.	0
Ninguém		Ninguém	
Eu	0	Eu	0
<u>Total</u>	<u>11</u>	<u>Total</u>	<u>11</u>

Em relação aos **sentimentos negativos dirigidos** às jovens, mais uma vez o **Sr. Ninguém** é utilizado como forma de defesa, **especialmente** entre as **filhas de pais casados**, expressando assim o desejo e/ou sensação de que nenhum elemento lhes dirige afectos negativos. Ao observar os outros quadros, pode-se perceber que, para as jovens cujos **pais estão casados**, a **mãe** é uma figura **fortemente idealizada**, pois só se mostra privilegiada, seja qual for a direcção dos afectos, na valência positiva e são omitidos os seus afectos negativos. Contrariamente ao grupo com pais divorciados, **as jovens com os pais casados** sentem que os **irmãos**, mais particularmente os **mais velhos**, investem nelas **sentimentos negativos**, sendo estas atitudes de alguma forma **recíprocas**. É, ainda, curioso comparar e verificar que no grupo dos **pais divorciados** as **personagens parentais** (especialmente o **pai**), e não os irmãos como no grupo de pais casados, são percebidas pelas jovens como as **únicas** de que provêm **afectos principalmente negativos**. Desta forma, nenhuma destas jovens considerou os irmãos como figuras que lhes dirigissem maioritariamente sentimentos ou atitudes negativas.

Importa também salientar que neste grupo as jovens sentem que recebem tanto do Sr. Ninguém como do próprio pai estas atitudes negativas, o que nos leva a pensar que as jovens se sentem rejeitadas. Ao comparar com os outros quadros, as jovens deste grupo parecem não perceber a relação com o pai de uma forma positiva, mas sempre apoiada em características negativas, o que nos leva de novo ao encontro da literatura sobre o divórcio. A ausência física, por o pai já não morar na mesma casa, e a ausência emocional, pela falta de tempo presente ou pela dificuldade de estabelecerem ou manterem laços fortes com as filhas, parecem prejudicar muito a relação entre pai-filha, originando algum sentimento de carência afectiva do mesmo.

**QUADRO 6: Sentimentos principalmente negativos dirigidos às jovens pelos elementos da família (Incoming Negative)**

Pré-adolescentes filhas de Pais Casados    Pré-adolescentes filhas de Pais Divorciados

<b>Figuras</b>	<b>N</b>	<b>Figuras</b>	<b>N</b>
Mãe	0	Mãe	1
Pai	0	Pai	5
Irmão >	3	Irmão >	0
Irmão <	1	Irmão <	0
Sr.	7	Sr.	5
Ninguém		Ninguém	
Eu	0	Eu	0
<u>Total</u>	<u>11</u>	<u>Total</u>	<u>11</u>

Para além da direcção e valência positiva e negativa, é importante estudar a **ambivalência** que pode ser sentida em algumas jovens relativamente a determinados elementos da figura. Esta ambivalência pode ser percebida através de uma operação realizada através do número de respostas positivas e negativas dadas pelas jovens nas categorias *Outgoing* e *Incoming* do teste. Deste modo, algumas pré-adolescentes não percebem os sentimentos como maioritariamente positivos ou negativos em determinadas personagens da família, mas expressam uma ambivalência notável nas suas respostas.

Na amostra de 11 jovens com os pais casados, 3 raparigas parecem investir de forma ambivalente os seus sentimentos e afectos no irmão mais velho e apenas 1 rapariga parece fazer o mesmo com o pai. Já no afecto que estas pré-adolescentes sentem que lhes é dirigido pelos elementos da sua família, 2 jovens percebem-no como ambivalente em relação ao irmão mais velho e outras 2 relativamente ao irmão mais novo. No caso da amostra de 11 pré-adolescentes filhas de pais divorciados, pode-se perceber que 2 parecem dirigir sentimentos ambivalentes relativamente ao seu pai e apenas 1 em relação ao seu irmão mais velho. No afecto que as raparigas sentem receber dos elementos da sua família, o pai e o irmão mais velho aparecem novamente como figuras ambivalentes para 2 raparigas e 1

rapariga, respectivamente. Mas nesta categoria, diferentemente do que acontece na anterior, a mãe também é sentida como provedora de sentimentos ambivalentes por 1 pré-adolescente.

Em síntese, as jovens **filhas de pais casados** parecem eleger na sua realidade afectiva a figura da **mãe** como a *maior fonte de amor* e como o mais significativo *objecto de amor*, enquanto as **pré-adolescentes cujos pais estão divorciados** elegem, respectivamente, o **irmão mais velho e o irmão mais novo** para estas categorias. Em relação ao *alvo e à fonte de maior hostilidade*, no grupo das **filhas de pais casados** estas categorias são ambas atribuídas ao **Sr. Ninguém**, enquanto as raparigas **filhas de pais divorciados** sentem ser o **pai** a figura responsável por estes sentimentos. Neste último grupo, pode sentir-se a relação pai-filha de alguma forma vivida como negativa, provocando nestas jovens uma necessidade de procurar compensar o mesmo com figuras alternativas, como é o caso dos irmãos.

Relativamente aos *mecanismos de defesa* apurados através do teste, pode-se perceber que existe, antes de mais, por parte das **jovens com os pais casados** uma evidente **idealização** da **figura materna**, pois os sentimentos positivos, tanto os que partem das jovens como aqueles que são direccionados às mesmas, são exageradamente atribuídos a esta e pouco distribuídos pelos outros elementos da família. Ainda, com o recurso da **negação**, estas raparigas projectam a maioria dos seus sentimentos e atitudes negativas para o **Sr. Ninguém**, conseguindo de uma forma segura evitar a sua própria exposição. Em relação aos afectos e atitudes negativas que sentem receber, parece também ser mais fácil para as pré-adolescentes reconhecerem os mesmos na figura de “ninguém” e distanciando-os da família, especialmente dos pais. No caso das jovens cujos pais se encontram divorciados, os mecanismos de defesa não são tão evidentes e o recurso aos mesmos não é tão proeminente.

## **VI. CONCLUSÃO E DISCUSSÃO**

O número de divórcios tem vindo a aumentar consideravelmente desde os anos 70, sendo cada vez mais aceite socialmente e até, de certo modo, banalizado nas culturas ocidentais. A maioria da investigação tem afirmado que o divórcio é um acontecimento indutor de stress e acaba por se constituir como uma crise na vida dos elementos da família que envolve um ajustamento e adaptação tanto individual como familiar. Neste processo, a existência de filhos aumenta a complexidade da situação tanto a nível legal, emocional e relacional, na medida em que todo o sistema familiar é afectado e não apenas o casal que se deseja separar (Brito, 2000).

Vários estudos evidenciam o impacto que o divórcio parental pode ter nos filhos, não só pelas diversas alterações subsequentes na rotina das crianças e adolescentes, mas também pelo conflito habitualmente mais evidenciado nesta altura da vida familiar (Amato, 2001). Parece importante salientar que o divórcio nem sempre representa um acontecimento negativo nos membros da família, podendo também constituir-se como uma oportunidade de desenvolvimento (Gomes & Paiva, 2003). Contudo, por mais que o divórcio possa ser visto de uma forma positiva e melhorar a situação familiar, a vivência desta separação traz indiscutivelmente repercussões, quer sejam negativas ou positivas, para os filhos.

Assim, o processo de divórcio é inevitavelmente responsável pela alteração dos laços familiares, sendo fundamental perceber que não são só as ligações entre o casal ou entre pais-filhos que podem ser afectadas pela separação conjugal. A literatura sobre o divórcio não tem prestado muita atenção ao efeito que o mesmo pode ter noutra intrasistema familiar, a relação entre irmãos (Jacobs, 2006), não tendo sido muito explorado a importância que as mesmas podem ter durante este processo.

Para além de pouco estudada, a literatura sobre esta temática apresenta conclusões contraditórias, o que torna pertinente o interesse em estudar este problema. Alguns dos estudos que têm sido realizados declaram que ao testemunhar o conflito entre os pais, os filhos acabam por interagir da mesma forma com os irmãos, existindo um maior conflito entre irmãos durante o divórcio (Dunn, 2000). Diferentes investigações vêm afirmar o oposto, que os filhos de um casal conflituoso podem desenvolver uma relação mais próxima com os irmãos e fornecer um apoio mútuo durante este tempo de adversidade (Bank & Kahn, 1997; Gass, Jenkins & Dunn, 2007). Foi com o intuito de perceber um pouco melhor como são

realmente as relações entre irmãos filhos de pais divorciados que se realizou esta investigação.

Ao longo do estudo, tive sempre em conta o problema levantado e aquilo que podia ser concluído através das respostas dadas no teste. A análise e interpretação das respostas fornecidas pelas jovens, permitiu-me observar aquilo que esperava encontrar nesta investigação, visto que a *maior fonte de amor* e o mais significativo *objecto de amor* das jovens filhas de pais divorciados são o irmão mais velho e o irmão mais novo, respectivamente, não sendo atribuídos a estes as categorias de *alvo e fonte de maior hostilidade*. O irmão é sem dúvida a figura privilegiada e a salientar na análise de resultados deste grupo. Deste modo, parece evidente que não há necessariamente um grande conflito entre irmão cujos pais estejam divorciados, verificando-se antes a existência de uma relação de carinho e suporte entre os mesmos, o que vem confirmar a hipótese esperada.

As jovens filhas de pais divorciados veem o irmão mais novo como o elemento da família de maior e também mais positivo envolvimento afectivo, aquele a quem dirigem e investem mais sentimentos e afectos positivos. Já aos irmãos mais velhos não é tão evidente este investimento de afectos positivos por parte das jovens, mas as mesmas sentem que é destes que recebem maioritariamente os sentimentos e atitudes positivas. Esta descoberta é bastante importante e vai ao encontro do que nos diz Noller (2005) sobre a forma como os filhos mais velhos tendem a preocupar-se muito com os irmãos e a assumir um papel parental, um papel de cuidador, quando vivenciam acontecimentos de vida stressantes como o divórcio.

Ainda, ao comparar estas respostas com as das filhas de pais casados, é possível perceber que, ao contrário das pré-adolescentes com os pais divorciados, os irmãos destas não aparecem como figuras de maior envolvimento ou mais significativas de amor nem de hostilidade. Neste grupo é antes notável a importância da figura materna como *objecto e fonte de amor*, pois a grande maioria dos sentimentos positivos, tanto os investidos pelas próprias jovens como aqueles que estas sentem dirigidos e investidos em si, são atribuídos significativamente ao elemento materno. Existindo assim uma reciprocidade de sentimentos e afectos positivos entre mãe e filha.

Apesar de uma forma menos saliente, a reciprocidade também se pode verificar em relação à figura do pai, pois este é a segunda figura mais significativa a quem as pré-adolescentes filhas de pais casados dirigem e também sentem receber do mesmo os sentimentos positivos. Contudo, esta situação não se verifica no grupo das jovens de pais

divorciados. Para estas, o pai é tido como o elemento *alvo e fonte de hostilidade*, o que permite perceber o descontentamento para com esta figura. Estas jovens, para além de se sentirem privadas das atitudes positivas do pai, têm necessidade de “atacá-lo” de alguma forma com os seus afectos negativos. Assim, a relação com o pai não é pecepcionada de uma forma positiva, mas antes apoiada em características negativas, o que nos leva de novo ao encontro da literatura sobre o divórcio, visto que com este fenómeno é habitual que o pai não esteja muito envolvido na relação com os filhos e se afaste não só física, mas também emocionalmente dos filhos (Amato, 2001). A ausência física, devido ao pai já não morar na mesma casa, e a ausência emocional, pela falta de tempo presente ou pela dificuldade em estabelecer ou manter laços fortes com as filhas, parece prejudicar muito a relação entre ambos, originando o sentimento de carência afectiva as raparigas por parte do mesmo (Fernandes, 2002; Noller, 2005; Jacobs, 2006).

É também curioso que estes sentimentos e atitudes negativas sejam dirigidas quase de forma exclusiva ao pai, levando estas a jovens a protegerem a mãe e, até, escolherem “ficar do lado” da mesma. Esta situação também se pode dever à formação religiosa e ao tipo de organização familiar destas jovens, que ao perceberem que a mãe não está capaz de fazer as suas tarefas como mãe, organizam-se de forma a assumir este “papel” e a suprimir as dificuldades, especialmente emocionais, sentidas com a saída do pai de casa.

Em concordância com a hipótese da teoria de compensação (Bank & Kahn, 1997) pode-se observar que os irmãos mais velhos tentam compensar de alguma forma a atenção ou carinho que os pais, nesta amostra especialmente o pai, não estão a conseguir proporcionar aos filhos. Deste modo, parece que nestas famílias o irmão mais velho, sejam as próprias ou não, aparece como figura alternativa e assume um papel de vinculação e protecção, uma figura de carinho que fornece apoio e suporte aos irmãos mais novos (Bank & Kahn, 1982; Dunn, 2000; Shumaker, Miller e Ortiz, 2011). Assim, a relação entre irmãos desempenha um papel importante como suporte do equilíbrio familiar em situações como a separação dos pais, pois quando a figura paterna e/ou materna parecem apresentar-se como deficitárias (Brito, 2000; Amato, 2001), os irmãos podem constituir um importante objecto de identificação e uma rede de apoio uns para os outros.

Segundo Noller (2005), em situações como o divórcio, este apoio e protecção que os irmãos mais velhos filhos fornecem aos mais novos nem sempre é bem recebido, podendo ser sentido pelos últimos como controlo excessivo e suscitar alguma ambivalência na relação entre ambos. Contudo, o mesmo não se verificou com estas participantes, pois apenas uma

rapariga com os pais divorciados expressou sentimentos ambivalentes relativamente ao seu irmão mais velho. A ambivalência de sentimentos pelo irmão mais velho foi até mais sentida pelo grupo de pré-adolescentes com pais casados. No grupo de pais divorciados os sentimentos ambivalentes foram antes expressos relativamente ao pai por 2 jovens, o que pode significar que estas pré-adolescentes apesar de estarem, de alguma forma, “decepcionadas” com o pai e lhe investirem e sentirem que este lhes dirige sentimentos negativos, também se tentam relacionar com o mesmo de uma forma positiva.

O recurso aos mecanismos de defesa possibilitou tirar algumas conclusões relativamente às jovens filhas de pais casados, visto existir uma forte idealização pela figura materna e, apesar de não tão acentuada, também pela paterna. Segundo Aberastury e Knobel (1981) e Matos (2002), o pré-adolescente ao aceitar a transição da dependência infantil para a independência do adulto, deve decepcionar-se relativamente aos pais que agora já não parecem tão perfeitos e fazer, assim, o luto pelos pais idealizados da infância. Este luto permite ao jovem desinvestir das figuras parentais e organizar a sua investida noutros objectos. Contudo, como é possível perceber pelas respostas do teste, o investimento maioritariamente positivo das jovens cujos pais são casados vai quase exclusivamente para a mãe, não se verificando ainda esta desidealização.

Um factor muito importante relativamente a esta exagerada idealização das figuras parentais, especialmente da figura materna, por parte das jovens filhas de pais casados é a inserção das mesmas num determinado meio social. Vila-Real (2004) verificou o mesmo num estudo realizado com meninas de vários estratos sociais, concluindo que no estrato médio-alto as raparigas de 12 anos estabeleciam uma ligação de tendência idealizante com a mãe, coincidindo esta com uma relação assente na identificação forte e numa maior dependência. Ao comparar as filhas de pais casados e de pais divorciados, é possível perceber que esta relação de dependência e idealização pode tornar-se menos acentuada com o divórcio dos pais, talvez pelo afastamento que pode ocorrer entre pais e filhos no processo de divórcio, que pode originar uma autonomia prematura com desidealização dos pais (Guerra, 2005).

O mesmo se pode verificar relativamente ao uso da negação, pois as jovens filhas de pais divorciados não recorrem de uma forma tão manifesta e significativa a este mecanismo defensivo como as jovens filhas de pais casados. Para estas últimas, parece ser mais fácil projectar os sentimentos, atitudes e afectos, especialmente os negativos, a uma figura de “ninguém”, conseguindo de uma forma segura evitar expor a verdadeira relação afectiva com

alguns dos seus familiares. Pode-se perceber, como seria de esperar, que as pré-adolescentes filhas de pais divorciados já têm uma ideia menos idealizada dos pais, tendo consciência da decepção sentida pelos mesmos, especialmente em relação ao pai e, por isso, não necessitam de utilizar tanto a negação para tentar fazer os pais parecerem mais perfeitos do que realmente são.

As jovens filhas de pais divorciados parecem mais, assim, menos envolvidas e, até, menos dependentes dos pais do que as pré-adolescentes com os pais casados, o que foi interessante também observar durante a aplicação da prova através do discurso e maneira de estar e vestir das mesmas. Estas pré-adolescentes que passam pelo processo de divórcio dos pais parecem apresentar uma maior maturidade e autonomia, do que aquelas cujos pais estão casados.

Com esta investigação foi possível chegar às conclusões acima citadas, mas também foram levantadas algumas dúvidas sobre a complexidade desta temática, levando-me a acreditar que seria importante que alguns estudos complementares se focassem sobre a mesma. As conclusões permitem reforçar a ideia de uma hipótese ou teoria da compensação, sendo preciso considerar a relação entre irmãos como um recurso de apoio importante face situações e experiências de vida stressantes como o divórcio dos pais.

Não deixa de ser fundamental ter em conta algumas limitações que dificultaram o desenvolvimento de outras conclusões. Uma das restrições é o facto da amostra utilizada pertencer a um estrato médio-alto e as jovens frequentarem um colégio religioso, onde têm uma determinada educação e um conceito de família tradicional, o que sem dúvida pode ter contaminado e limitado algumas das respostas. Outros entraves prendem-se com a reduzida amostra e a utilização exclusiva da prova Family Relations Test- revised (FRT-r), pois talvez com a análise de uma maior variedade de protocolos ou com a aplicação de outro instrumento qualitativo complementar, fosse possível apoiar estas conclusões ou, ainda, chegar a novas. Seria, ainda, interessante replicar o estudo com uma amostra com raparigas não pré-adolescentes ou com participantes masculinos, com o objectivo de perceber se existem diferenças significativas nos resultados consoante a idade e/ou género.

Para além destas sugestões mais metodológicas, penso que seria interessante para futuras investigações explorar, juntamente com este estudo, o factor protector que a qualidade da relação entre irmãos pode ter na adaptação na fase da adolescência. Segundo autores como Dunn (2000), Gardner & Cutrona (2004) e Noller (2005), os jovens que percebem ter o

apoio dos irmãos em situações desfavoráveis apresentam menos probabilidade de se deprimirem, apresentando uma maior auto-estima e uma melhor adaptação social. Deste modo, parece importante para a investigação e contexto clínico perceber se a qualidade da relação entre irmãos se apresenta como efeito moderador relativamente, por exemplo, à depressão ou ansiedade, tentando compreender e explorar de que modo é que a mesma pode ser trabalhada como recurso na prática clínica.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Abbey, C. & Dallos, R. (2004). The Experience of the Impact of Divorce on Sibling Relationships: A Qualitative Study. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 9(2), 241-259.
- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Amato, P. (2001). Children of divorce in the 1990s: An update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 15(3), 355-370.
- Astone, N.M. & McLanahan, S.S. (1991). Family structure, parental practices, and high school completion. *American Sociology Review*, 56, 309-320.
- Bank, S. & Kahn, M. (1980). Freudian Siblings. *Psychoanalytic Review*, 67(4), 493-504.
- Bank, S., & Kahn, M. (1997). *The sibling bond*. New York: Basic Books.
- Bene, E., & Anthony, J. (1985). *Manual for the Family Relations Test: children's version (3ªed.)*. London: NFER-NELSON Publishing.
- Blos, P. (2003). *La transición adolescente (2ªed)*. Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1979)
- Blos, P. (2003). *Los comienzos de la adolescência (1ªed)*. Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1970)
- Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência (1ªed)*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Brêtas, J. (2004). A mudança corporal na adolescência: a grande metamorfose. *Temas sobre Desenvolvimento*, 12 (72), 29-38.
- Brito, L. (2000). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 27(1), 32-45.
- Carter, B & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no novo ciclo de vida familiar: uma nova estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Colonna, A. & Newman, L. (1983). The psychoanalytic literature on siblings. *Psychoanalytic Study of the Child*, 38, 285-109.
- Dias, G.F. & Fontaine, A.M. (1996). Tarefas desenvolvimentais e bem-estar dos jovens: algumas implicações para o aconselhamento Psicológico. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 103-114.
- Dunn, J., Slomkowski, C., & Beardsall, L. (1994). Sibling relationships from the preschool period through middle childhood and early adolescence. *Developmental Psychology*, 30(3), 315-324.
- Dunn, J. (2000). State of the art: Siblings. *The Psychologist*, 13, 244–248.
- Dunn, J. (2005). Commentary: Siblings in their families. *Journal of Family Psychology*, 19, 654-657.
- Erikson, E. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, O. (2002). *Semelhanças e diferenças entre irmãos (1ªed)*, Climepsi Editores. Lisboa.
- Fernandes, O.M., Alarcão, M. & Raposo, J.V. (2007). Posição na fratria e personalidade. *Estudos de Psicologia*, 24, 297-304.

- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia: Desenvolvimento Psicológico e Relação com os pais*. Porto: Edições Afrontamentos.
- Freud, S. (1969). *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*. In *Duas histórias clínicas, o Pequeno Hans e o Homem do Ratos, Vol 10*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1909)
- Freud, S. (1969). *Histórias de uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1918)
- Freud, S. (1989). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. 7*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905)
- Gardner, K. A. & Cutrona, C. E. (2004). *Social support communication in families*. In A. Vangelisti (Ed.), *Handbook of Family Communication* (pp. 495–512). Mahway, New Jersey: Erlbaum.
- Gass, K., Jenkins, J. & Dunn, J. (2007). Are sibling relationships protective? A longitudinal study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 48*(2), 167–175.
- Goldsmid, R. & Féres-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista, 13*(2), 293-308.
- Gomes-Pedro, J. (1997). Adolescência Revisitada. *Acta Pediátrica Port., 28*(3), 197-198.
- Gomes, I. & Paiva, M. (2003). Casamento e Família no século XXI: possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo, 8*, 3-9.
- Gouveia-Pereira, M., Pedro, I., Amaral, V., Alves-Martins, M. & Peixoto, F. (2000). Dinâmicas grupais na Adolescência. *Análise Psicológica, 2*(8), 191-201.
- Griffin, M. (2005). The Bene-Anthony Family Relations Test. *Australian & New Zealand Journal of Family Therapy, 26*(1), 43-45.

- Guerra, P. (2005). Família, Divórcio, Parentalidade - Que Relações? In Leal, I. (Ed), *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*, Lisboa: Fim de Século.
- Hack, R. & Ramires, V. (2010). A adolescência e o divórcio parental: continuidades e rupturas de relacionamentos. *Psicologia Clínica*, 22(1), 85-97.
- Hetherington, E. & Kelly, J. (2002). *For better or worse: divorce reconsidered*. London: Norton.
- Homem, T., Canavarro, M. C. & Pereira, A. (2009). Factores protectores e de vulnerabilidade na adaptação emocional e académica dos filhos ao divórcio dos pais. *Psicologia*, 23, 7-25.
- Howe, N. & Recchia, H. (2011). Relação entre irmãos e seu impacto no desenvolvimento das crianças. *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*, 1-8.
- Jacobs, A. K. (2009). *The influence of sibling support on children's post-divorce adjustment: a turning point analysis*. Tese de doutoramento apresentada à University of Montana, Missoula, USA.
- Jennings, M. (1998). *Siblings' perceptions of their divorce experiences and the qualities of the sibling relationship*. Tese de Mestrado apresentada à Concordia University, Montreal, Canada.
- Kernberg, P. & Richards, A. (1988). Siblings of Preadolescents: Their Role in Development. *Psychoanalytic Inquiry*, 8(1), 51-65.
- Klein, M. (1937/1975). Amor, culpa e reparação. In M. Klein & J. Revière (Eds), *Amor, Ódio e Reparação (2ª Ed)*, Rio de Janeiro: Imago.

- Kramer, L. & Bank, L. (2005). Sibling Relationship Contributions to Individual and Family Well-Being: Introduction to the Special Issue. *Journal of Family Psychology*, 19(4), 483-485.
- Kris, M. & Ritvo, S. (1983). Parents and siblings: their mutual influences. *Psychoanalytic Study of the Child*, 38, 311-324.
- Marques, M. (1999). *A Psicologia Clínica e o Rorschach*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002). *Adolescência: o triunfo do pensamento e da descoberta do amor*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Milevsky, A. & Levitt, M. (2005). Sibling support in early adolescence: Buffering and compensation across relationships. *European Journal of Developmental Psychology*, 2(3), 299-320.
- Noller, P. (2005). Siblings' relationships in adolescence: Learning and growing together. *Personal Relationships*, 9, 1-22.
- Oliva, A. & Arranz, E. (2005). Sibling relationships during adolescence. *European Journal of Developmental Psychology*, 2(3), 253-270.
- Parens, H. (1988). Siblings in Early Childhood: Some Direct Observational Findings. *Psychoanalytic Inquiry*, 8(1), 31-50.
- Poortman, A. & Voorpostel, M. (2009). Parental divorce and sibling relationships: a research note. *Journal of Family Issues*, 30 (1), 74-91.
- Ramires, V. (2004). As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em estudo*, 9(2), 183-193.
- Rosner, S. (1985). On the place of the siblings. *Psychoanalytic Review*, 72(3), 457-477.
- Sampaio, D. (1994) *Inventem-se novos pais (3ª Ed)*, Lisboa: Editora Carminho.

- Seben, G. (2010). *A família em transformação: aspectos psicossociais da criança em duas distintas configurações familiares*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Shaffer, D. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência*. São Paulo: Editora Thomson.
- Shumaker, D. M., Miller, C. & Ortiz, C. (2011). The forgotten bonds: the assessment and contemplation of sibling attachment in divorce and parental separation. *Family Court Review*, 49, 46-58.
- Sinclair, R. (2010). *The effects of sibling's relationships on romantic relationship expectations in high conflict homes*. Tese de Mestrado apresentada à University of Dayton, Ohio, USA.
- Sousa, M.F.G. (2000). *Sexualidade na Adolescência. Comportamentos, conhecimentos e opiniões/attitudes de adolescentes escolarizados*. Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar - Universidade do Porto, Porto.
- Straube, K, Gonçalves, M. & Centa, M. (2003). A percepção dos filhos sobre o divórcio dos pais. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, 5(3), 173-184.
- Vila-Real, A. (2004). *Relações sociais, dinâmica familiar e organização da identidade em pré-adolescentes*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto.
- Wagner, A. & Suárez, G. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298.
- Watarai, C. (2009). *O contexto afectivo-familiar de relações incestuosas entre irmãos*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, Brasil.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1: Consentimento Informado**

## Consentimento Informado

Sara de Sousa Madeira, estudante do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA-IU) vem solicitar a participação da sua filha num estudo orientado pela Professora Dr. Ângela Vila-Real, conducente ao grau de Mestre em Psicologia Clínica.

O estudo cujo tema é “A relação entre irmãos em raparigas pré-adolescentes” exige a recolha de dados junto da população pré-adolescente e os dados recolhidos são confidenciais e anónimos e serão utilizados, apenas para finalidades da investigação. Ainda, sempre que desejar esclarecer alguma dúvida, terá o direito de o fazer junto da responsável pelo estudo.

Eu, \_\_\_\_\_, encarregado/a de educação de \_\_\_\_\_ autorizo a minha filha, a participar nesta investigação.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração.

Sara Madeira

## **ANEXO 2: Frases que compõem o FRT-r**

## **1. Sentimentos investidos pelas jovens em relação aos elementos da família:**

### - Sentimentos levemente positivos (afectuosos) (Outgoing Feelings Positive Mild)

00. Esta pessoa da minha família é muito simpática.
01. Esta pessoa da minha família é muito alegre.
02. Esta pessoa da minha família ajuda sempre os outros.
03. Esta pessoa da minha família tem muito bom feitio.
04. Esta pessoa da minha família apoia-me sempre.
05. Esta pessoa da minha família tem imensa graça.
06. Esta pessoa da minha família merece um presente bonito.
07. Esta pessoa da minha família é mesmo boa pessoa.
08. É muito bom brincar com esta pessoa da família.
09. Esta pessoa da minha família é muito bondosa.

### - Sentimentos fortemente positivos (erotizados) (Outgoing Feelings Positive Strong)

10. Gosto de fazer festas a esta pessoa da família.
11. Gosto que esta pessoa da minha família me dê beijinhos.
12. Às vezes gostava de poder dormir na mesma cama com esta pessoa da minha família.
13. Gostava que esta pessoa da minha família estivesse sempre ao pé de mim.
14. Gostava que esta pessoa da minha família gostasse mais de mim do que dos outros.
15. Quando me casar gostava que fosse com uma pessoa parecida com esta pessoa da minha família.
16. Gosto que esta pessoa da minha família me faça cócegas.
17. Gosto de dar abraços a esta pessoa da minha família.

### - Sentimentos levemente negativos (de desagrado) (Outgoing Feelings Negative Mild)

20. Esta pessoa da minha família, às vezes é demasiado picuinhas.
21. Às vezes esta pessoa da minha família é muito chata.
22. Esta pessoa da minha família é desmancha-prazeres.
23. Esta pessoa da minha família por vezes irrita-se muito depressa.
24. Esta pessoa da minha família por vezes tem mau feitio.
25. Esta pessoa da minha família, por vezes, queixa-se demais.
26. Esta pessoa da minha família fica chateada sem ter razão para isso.
27. Esta pessoa da minha família nunca está satisfeita.

28. Esta pessoa da minha família por vezes não tem muita paciência.

29. Esta pessoa da minha família às vezes fica zangada demais.

- Sentimentos fortemente negativos (hostis) (Outgoing Feelings Negative Strong)

30. Às vezes apetecia-me matar esta pessoa da minha família.

31. Às vezes até gostava que esta pessoa da minha família se fosse embora.

32. Às vezes sinto que odeio esta pessoa da minha família.

33. Às vezes apetece-me bater nesta pessoa da minha família.

34. Às vezes acho que era mais feliz se esta pessoa não fosse da minha família.

35. Às vezes, sinto-me farto desta pessoa da minha família.

36. Às vezes, apetece-me fazer coisas só para aborrecer esta pessoa da minha família.

37. Esta pessoa da minha família consegue fazer sentir-me muito zangado.

**2. Sentimentos recebidos pela jovem dos elementos da família:**

-Sentimentos levemente positivos (afectuosos) (Incoming Feelings Positive Mild)

40. Esta pessoa da minha família é muito carinhosa para mim.

41. Esta pessoa da minha família é muito boa para mim.

42. Esta pessoa da minha família gosta muito de mim.

43. Esta pessoa da minha família presta-me muita atenção.

44. Esta pessoa da minha família gosta de me ajudar.

45. Esta pessoa da minha família gosta de brincar comigo.

46. Esta pessoa da minha família compreende-me mesmo.

47. Esta pessoa da minha família ouve o que tenho para dizer.

- Sentimentos fortemente positivos (erotizados) (Incoming Feelings Positive Strong)

50. Esta pessoa da minha família gosta de me dar beijinhos.

51. Esta pessoa da minha família gosta de me abraçar.

52. Esta pessoa da minha família gosta de me dar festinhas.

53. Esta pessoa da minha família gosta de me ajudar quando estou a tomar banho.

54. Esta pessoa da minha família gosta de me fazer cócegas.

55. Esta pessoa da minha família gosta de estar na cama comigo.

56. Esta pessoa da minha família quer estar sempre ao pé de mim.

57. Esta pessoa da minha família gosta mais de mim do que qualquer outra pessoa no mundo.

- Sentimentos levemente negativos (de desagrado) (Incoming Feelings Negative Mild)

60. Às vezes, esta pessoa da minha família mostra-me uma cara zangada.
61. Esta pessoa da minha família gosta de me arrelhar de propósito.
62. Esta pessoa da minha família às vezes ralha comigo.
63. Esta pessoa da minha família não brinca comigo quando lhe peço.
64. Esta pessoa da minha família nem sempre me ajuda quando estou aflito.
65. Esta pessoa da minha família é chata para mim.
66. Esta pessoa da minha família às vezes fica zangada comigo.
67. Esta pessoa da minha família está demasiado ocupada e não tem tempo para mim.

- Sentimentos fortemente negativos (hostis) (Incoming Feelings Negative Strong)

70. Esta pessoa da minha família bate-me muito.
71. Esta pessoa da minha família castiga-me muito.
72. Esta pessoa da minha família faz-me sentir burro.
73. Esta pessoa da minha família mete-me medo.
74. Esta pessoa da minha família é má para mim.
75. Esta pessoa da minha família às vezes faz-me sentir infeliz.
76. Esta da minha família está sempre a queixar-se de mim.
77. Esta pessoa da minha família não gosta o suficiente de mim.

**3. Sentimentos de sobre-protecção materna (Maternal Over-protection)**

80. A minha mãe preocupa-se que esta pessoa da família se constipe.
81. A minha mãe preocupa-se que esta pessoa da família possa adoecer.
82. A minha mãe preocupa-se que esta pessoa da família possa ser atropelada.
83. A minha mãe preocupa-se que esta pessoa da família se possa magoar.
84. A minha mãe preocupa-se que possa acontecer uma coisa a esta pessoa da família.
85. A minha mãe preocupa-se que esta pessoa da minha família ande à solta por aí.
86. A minha mãe tem medo que esta pessoa da minha família brinque com meninos brutos.
87. A minha mãe preocupa-se que esta pessoa da minha família não coma o suficiente.

**4. Sentimentos de sobre-indulgência paterna (Paternal Over-indulgence)**

90. O pai acha que esta pessoa da família é a mais simpática de todas.

- 91. O pai dá atenção demais a esta pessoa da minha família.
- 92. O pai dá mimos demais a esta pessoa da minha família.
- 93. O pai passa tempo demais com esta pessoa da minha família.
- 94. Esta é a pessoa da minha família de quem o pai gosta mais.

**5. Sentimentos de sobre-indulgência materna (Maternal Over-indulgence)**

- 95. Esta é a pessoa da minha família que a mãe acha a mais simpática de todas.
- 96. A mãe dá atenção demais a esta pessoa da minha família.
- 97. A mãe dá mimos demais a esta pessoa da minha família.
- 98. A mãe passa tempo de mais com esta pessoa da minha família.
- 99. Esta é a pessoa da minha família de quem a mãe gosta mais.

**ANEXO 3: Family Relations Test - Scoring Sheet**

**ANEXO 4: Family Relations Test - Record Form**

## **ANEXO 5: Lista de Quadros**

## Lista de Quadros

<b>1- QUADRO 1: Maior envolvimento total.....</b>	<b>44</b>
<b>2- QUADRO 2: Menor envolvimento total.....</b>	<b>45</b>
<b>3- QUADRO 3: Sentimentos principalmente positivos investidos pelas jovens.....</b>	<b>46</b>
<b>4- QUADRO 4: Sentimentos principalmente negativos investidos pelas jovens.....</b>	<b>47</b>
<b>5- QUADRO 5: Sentimentos principalmente positivos dirigidos às jovens.....</b>	<b>48</b>
<b>6- QUADRO 6: Sentimentos principalmente negativos dirigidos às jovens.....</b>	<b>49</b>